Valor
ECONÓMICO

13 de Julho 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº267
Director-Geral
Evaristo Mulaza

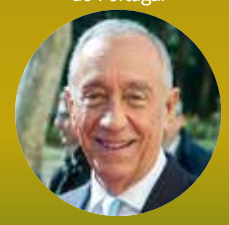
CIMEIRA DA CPLP EM LUANDA

Entre amigos, inimigos e os indiferentes

POLÍTICA. Luanda recebe a próxima cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com o foco na agenda económica. Mas o clima na relação entre o Governo de João Lourenço e alguns dos membros da comunidade é de claro distanciamento. O caso mais grave é o de Umaro Embaló que acusou directamente João Lourenço de "ingratidão", em relação a José Eduardo dos Santos, e de "ingerência" nos assuntos internos da Guiné-Bissau. Com Portugal e Brasil, os mais importantes da CPLP, também já houve dias melhores.
Págs. 8 a 10

Jair Bolsonaro, Presidente do Brasil

Umaro Embaló, Presidente da Guiné-Bissau



Marcelo R. de Sousa, Presidente de Portugal

Teodoro Nguema, Presidente da Guiné Equatorial

Evaristo Carvalho, Presidente de São Tomé e Príncipe

Francisco Guterres, Presidente de Timor Leste

José Carlos Fonseca, Presidente de Cabo Verde

Filipe Nyusi, Presidente de Moçambique

MAIOR BANCO PÚBLICO

BNA avisa que falta de liquidez no BPC vai continuar

Pág. 16

FELIZMINA LUTUKUTA, VICE-DECANA DA FAC. DE DIREITO DA UAN

"Os investidores internacionais têm receio das decisões dos tribunais"

Págs. 4 a 6

OPINIÃO

ALVES DA ROCHA, ECONOMISTA

A criação do exército de pobres

Pág. 22

RIL 1 a 12 Junho (milhões USD) **1:** 7.957,71 **2:** 7.993,06 **3:** 7.948,81 **4:** 7.959,43 **7:** 7.972,62 **8:** 7.967,78 **9:** 8.332,50 **11:** 8.223,36 **12:** 7.949,00

Editorial

CLUBE DE AMIGOS E INIMIGOS

Angola acolhe a cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), apontando para a dinamização da relação económica entre os membros como a tarefa prioritária. A mensagem subliminar angolana, na verdade, é a retoma da ideia da construção de uma espécie de bloco económico da língua portuguesa. Nada de mais se não fosse uma ambição estrutural e circunstancialmente irrealista, ainda que legítima.

Legítima porque, após 25 anos de existência, qualquer defesa da utilidade da organização tem de argumentar necessariamente para além da fronteira sociocultural. É que, à medida que os anos vão passando, faz cada vez menos sentido fazer deslocar e juntar chefes de Estado e de governo numa sala, pelo simples facto de que os seus países falam a mesma língua. Mais do que tempo, é muito dinheiro público mal gasto, pelo que há que recolocar, no discurso, uma agenda mais consequente. E, claro, nada melhor do que a velha narrativa do aumento da ligação económica.

Mas, como já vincado, esta meta é inequivocamente irrealista. Num primeiro plano, porque esbarra com interesses e constrangimentos estritamente objectivos, começando pela dispersão geográfica. O distanciamento físico entre os principais actores da língua portuguesa está longe de ser um catalisador de aproximação económica. Tanto assim é que não é por mera casualidade que os principais blocos económicos por África e pelo mundo têm na proximidade geográfica um factor incontornável. Além disso, coloca-se o constrangimento político derivado das limitações impostas a Portugal pelas regras de Bruxelas (sede do executivo europeu), Estrasburgo (sede do parlamento europeu) e Frankfurt (sede do Banco Central Europeu).

Numa segunda leitura, o objectivo angolano é utópico porque, historicamente, a aproximação política e económica entre os principais países da língua portuguesa está excessivamente condicionado à subjectividade dos interesses e dos humores de circunstância. Veja-se o caso de Portugal e do Brasil, na relação com Angola. Com o primeiro, apesar da permanente suavidade do discurso diplomático, mantém-se uma relação de amor e ódio não raras vezes instigada pela postura e pela comunicação das autoridades de lado a lado. O poder angolano, aliás, servindo-se habitualmente da força da chantagem, ganha nos anos da reconstrução, tem sido o menos preocupado com a 'correcção diplomática'. Foi assim com José Eduardo dos Santos que, à porta da saída, não se coibiu de excluir Portugal entre os parceiros preferenciais na relação económica de Angola com o mundo. Passou a ser assim com o Governo de João Lourenço que, à entrada e agora nos últimos dois anos de mandato, não se inibe de declarações e actos que demonstram e sugerem desencanto com os pares portugueses. Com o Brasil, o esfriamento até pode ser mais circunstancial enquanto Jair Bolsonaro se mantém no cargo. Todavia, não é verdade que um possível regresso de Lula da Silva ao poder augure necessariamente bons ventos na relação com Angola, mantendo-se o MPLA no poder. Afinal, numa leitura cruzada, a turma que perseguiu Lula da Silva no Brasil não deixou de ser apoiada, de certo modo, pela loucura justicialista a que se assiste em Angola. Sobre a Guiné-Bissau, após as acusações directas de Umaro Embaló a João Lourenço, e face à resposta à quente deste último, simplesmente não há conversa. É isso. Pelo menos para já, a CPLP não pode ir além daquilo que é: um clube de amigos e inimigos que mandam e que falam português.

FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
Nº de Contribuinte: 5401180721
Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...

FILOMENO VIEIRA LOPES,
Líder do Bloco Democrático

Venceu o congresso com 65% dos votos. Qual é o significado dessa vitória?
Significa que há uma vontade muito clara, relativamente à emoção da orientação política que representamos. É uma grande responsabilidade, significa que o partido quer seguir aquele rumo que foi traçado na emissão estratégica.

Imagine que receba o país, em 2022. Como encaminharia o processo de recuperação de bens adquiridos com fundos do Estado?
O nosso propósito é sempre que as pessoas invistam no país e criem empregos. Poderá estudar-se várias formas de resolver essa situação. Agora, o que também não se pode é criar situações que depois dificultem mais a vida das pessoas. Não deve haver precipitações a este nível e, sobretudo, quando existir um plano de alteração de uma situação de riqueza, temos de saber como encontrar uma alternativa que não prejudique a maioria, sobretudo, os trabalhadores.

Portanto, não defende a ideia de o Estado apropriar-se dos bens, como tem acontecido?
Não, isto não defendemos. Mas a preservação da situação dos trabalhadores é fundamental. Portanto, tem de se arranjar sempre uma forma de não se destruir a economia.

06 TERÇA-FEIRA

O BNA estabelece as novas regras para adequar o sistema financeiro aos padrões internacionais e define um novo enquadramento para regular a auditoria externa e a prestação de contas.

07 QUARTA-FEIRA

O Presidente da República envia a Lei de Revisão da Constituição, aprovada recentemente pela Assembleia Nacional, para apreciação preventiva do Tribunal Constitucional, com carácter de urgência.

05 SEGUNDA-FEIRA

O Presidente João Lourenço mostra-se disponível para apoiar o desenvolvimento da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), que enfrenta agora os desafios da criação de infra-estruturas alfandegárias para facilitar as trocas comerciais e investimentos.

08 QUUITA-FEIRA

O BNA sanciona 57 instituições financeiras bancárias e não-bancárias, entre Abril e Junho deste ano, com a cobrança de 429,1 milhões de kwanzas de multas. Em 10 instituições, a cobrança foi coerciva.

09 SEXTA-FEIRA

A Sonangol lança o concurso público para o investimento na refinaria do Lobito, que deverá produzir 200 mil barris de petróleo/dia e contribuir para desenvolver um pólo industrial na região, anunciou a petrolífera estatal.

10 SÁBADO

Filomeno Vieira Lopes é eleito presidente do Bloco Democrático. O político concorria com outros dois candidatos, Américo Vaz e Luís Nascimento. Lopes substitui Justino Pinto de Andrade que passa agora a assegurar a vice-presidência.

10 DOMINGO

É realizada a primeira feira regional da produção nacional do Sul de Angola, em Moçâmedes, Namibe. O evento teve a participação de mais de 90 expositores, dos 100 inicialmente previstos.

COTAÇÃO

PETRÓLEO EM REANIMAÇÃO...

O petróleo começou a terça-feira animado, influenciado pelas restrições de oferta e a esperada redução dos estoques mundiais, principalmente dos Estados Unidos. O brent, referência às exportações angolanas, iniciou o dia com ganhos de 0,2%, a negociar 75,31 dólares. Já o WTI avançou 0,01%, negociando nos 74,11 dólares.

ACÇÕES AMERICANAS NO VERMELHO...

Os principais índices de Wall Street começaram o dia a cair, fruto dos altos picos de inflação registado em Junho. O Dow Jones Industrial Average acordou a cair 0,10%, a 34.959,96, enquanto o S&P 500 perdia 0,08% e o Nasdaq Composite registava uma queda de 0,12%.

Entrevista

Mário Mujetes © VE

FELIZMINA LUTUKUTA, VICE-DECANA DA FACULDADE DE DIREITO DA UAN

"Os investidores internacionais têm receio das decisões dos tribunais internos"

Com a obra recentemente lançada sobre a 'Anulação de sentenças no âmbito do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (Cird)', a académica chama atenção para as vantagens de o país aderir ao Tribunal Arbitral Internacional, por se tratar de um mecanismo imparcial e confidencial.

Por Júlio Gomes

O que a levou a escrever a obra 'Anulação de sentenças no âmbito do Cird'?

Este livro tem como base uma tese de mestrado que fiz em 2003 e é publicado neste contexto em que Angola, no âmbito da sua diplomacia económica, está a criar mecanismos no sentido de atrair investimento estrangeiro.

É, portanto, uma obra contextualizada ao momento?

Decidimos que seria o momento oportuno publicar este livro em Angola, uma vez que o Estado angolano estava a criar os mecanismos para a aprovação da ratificação desta convenção na Assembleia Nacional.

Mas, no fundo, o que se pretende com a obra?

O objectivo é apenas de chamar a atenção para o facto de existir este centro que se dedica à resolução de disputas entre os Estados que tenham ratificado a convenção do Cird e investidores de outros Estados que tenham ratificado esta mesma convenção. Portanto, o objectivo deste centro é só resolver disputas relacionados com o investimento.

> *Desde 1966 à presente data, o centro já dirimiu mais de 700 casos, em 10% dos quais uma das partes pediu a anulação desta sentença. Uma das particularidades do centro é que a anulação das sentenças é feita no âmbito do centro.*

Perfil

Jurista que se reencontra na docência

Depois dos estudos primários e secundários no Huambo, sua terra natal, Felizmina Lutukuta continuou a formar-se em Lisboa, Portugal, onde se licenciou em Direito, na Universidade Clássica, em 2003. Obteve também dois mestrados em Comércio Internacional e Lei Comercial, pela Universidade de Durham, na Inglaterra, e outro em Direito e Política Petrolífera pelo Centro de Estudos de Lei e Política de Energia, Minerais e Petróleo da Escócia. É vice-decana para os Assuntos Académicos da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, desde finais de 2017.

Quantos casos terão sido levados ao Cird, entidade que conta com pouco mais de meio século de existência?
Desde 1966 à presente data, o centro já dirimiu mais de 700 casos, em 10% dos quais uma das partes pediu a anulação desta sentença. Vale aqui referir que uma das particularidades do centro é que a anulação das sentenças é feita no âmbito do centro. Ou seja, cria-se um comité 'ad hoc' e este, com base nos fundamentos apresentados, é que vai decidir se vai ou não anular a sentença. E a própria convenção diz quais são os procedimentos para se anular a sentença.

Angola está, de certo modo, atrasada na ratificação desta convenção…
Este centro tem como membros apenas os Estados e, embora tenha sido fundado em 1965, apenas no ano seguinte, ou seja, em 1966 iniciou a sua actividade. Angola, no dia 25 de Junho último, teve a autorização da Assembleia Nacional para o Estado ratificar esta convenção. Ainda não depositou a ratificação, mas já estão criados os mecanismos necessários para este efeito.

Isso ocorre num momento em que há reformas a fazer no próprio sistema judicial angolano…
Se o país está no bom caminho ou não? Temos legislação para regular diferentes sectores da nossa vida. Se estivermos a falar de economia, temos também mecanismos que tratam da administração da justiça. É bem verdade que, se formos para os tribunais nacionais, veremos que as decisões, por vezes, levam muito tempo, mas temos também, por exemplo, uma lei voluntária da arbitragem. E, neste momento, já há autorização para a ratificação da convenção para que Angola seja membro desse centro e também há uma legislação muito grande para regular diferentes aspectos económicos, como a lei da concorrência. Mesmo a nível da arbitragem, é importante mencionar que já ratificámos a Convenção de Nova Iorque de reconhecimento automático das sentenças arbitrais. Portanto, quando há uma decisão arbitral, já não há necessidade de pedir a execução da sentença nos nossos tribunais internos, porque isso ocorre automaticamente.

De concreto, quais são as vantagens de adesão ao Cird?
A arbitragem joga um papel importante. Os investidores, de uma maneira geral, no momento em que decidem investir num Estado, levam em conta, entre os requisitos principais, a certeza. Para investir, é preciso ter a certeza do que se vai encontrar. Não haverá surpresas.

> *Os tribunais domésticos aplicam as leis domésticas, ainda que estas vão contra as leis internacionais que protegem os direitos dos investidores.*

No caso angolano, o risco de o investidor encontrar surpresas ainda é muito grande, não?
Ter um mecanismo como o Cird, para o investidor, é uma grande vantagem. Porque tem a certeza de que existe um centro robusto especializado e imparcial em disputas de investimento, em caso de litígio contra um Estado.

E qual é o enquadramento dos tribunais comuns internos?
Os tribunais domésticos aplicam as leis domésticas, ainda que estas vão contra as leis internacionais que protegem os direitos dos investidores. Os investidores vêm os tribunais judiciais internos, de uma maneira geral, como sendo pouco imparciais. Ou seja, têm receio que, em caso de litígio, sobretudo em casos mais sensíveis, se forem submetidos a um tribunal judicial interno, este vai decidir contra este investidor internacional.

O que quer dizer quando se refere a questões sensíveis?
Hoje em dia, estas questões têm que ver, por exemplo, com o ambiente. Imaginemos que haja um grande derrame de petróleo. Um caso destes, a ser resolvido num tribunal doméstico, o juiz, ao ver a sua flora e fauna afectadas, é claro que irá aplicar as normas internas de maneira que salvaguarde, ao máximo, o Estado e, assim, os interesses da comunidade de que faz parte. Por isso, ter um sistema como o Cird é importante também por causa daquelas questões que têm que ver com a competência territorial.

Como, por exemplo?
Quando há casos que ocorram num determinado Estado, de uma maneira geral, os tribunais deste é que serão competentes para dirimir esse litígio. Mas, se formos para um outro Estado, este pode contestar, dizendo que é incompetente. Logo, o Cird pode conhecer matéria que tenha acontecido entre estes Estados diferentes e aparece para mitigar esse tipo de situações. Aliás, assim, tendo um sistema como o Cird, os investidores deixam de ficar dependentes da protecção diplomática. Porque cabe aos Estados conceder ou não a protecção diplomática.

Há também a questão da morosidade dos processos…
Pois, há quem entenda, e muitos entendem, que uma das grandes vantagens se prende com o facto de a arbitragem ser um processo célere. Além disso, identificamos dois outros factores importantes: o primeiro é a imparcialidade e o segundo, a confidencialidade. Neste tipo de processos, em situações relacionadas com investimento, revelar as questões que fazem parte do processo, por exemplo, muitas vezes, levam a empresa a perder o seu valor económico. E esta confidencialidade é importante. Aliás, nos processos judiciais, as sessões estão abertas. De uma maneira geral, quem quiser assistir pode fazê-lo, mas, na arbitragem, não.

Mas esta questão da morosidade é ou não questionável?
O livro questiona esta celeridade, que é atribuída, de modo inquestionável, à arbitragem. Porque vemos aqui que, no âmbito do Cird, as partes podem pedir a anulação das sentenças e depois, com base em outros fundamentos, voltar a submeter os casos outra vez ao Cird. Isso faz com que haja processos, nesse âmbito, que tenham demorado mais de 10 anos. Mas também podemos entender que, se compzv aramos o número total dos processos, face àqueles em que se pediu a anulação da sentença, a percentagem não justifica afirmar-se que este processo é lento. Aliás, a anulação de sentença pode ser vista como um mecanismo que efectivamente protege as partes, porque, se estas estiverem descontentes, e havendo fundamentos para isso, podem pedir a anulação, o que não acontece em outros processos arbitrais em que não há recurso a sentenças.

Como pensa que se pode estimular a atracção de investimentos numa economia como a angolana?
Reitero que a arbitragem pode ser vista como um mecanismo de atracção de investimentos, porque temos uma economia instável. Alegar um estado de precariedade, em termos de ambiente de negócios, não pode ser questão, mas, havendo um tribunal arbitral, fica garantido que, em caso de um eventual litígio, há um órgão que irá decidir com independência e imparcialidade. Hoje em dia, os nossos juízes decidem matérias para as quais não têm conhecimento técnico, por isso é que recorrem a peritos. Logo, é diferente do árbitro que já conhece a matéria e, para decidir, não depende do parecer de um perito.

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

Mário Mujetes © VE

Estes peritos existem por cá?
A arbitragem, infelizmente, ainda não é bastante conhecida. Seria benéfico ajudar a divulgar este mecanismo. Temos, por exemplo, a MG Advogados que todos os anos faz uma conferência anual de arbitragem e, inclusive, faz concurso em que simulam o tribunal internacional de arbitragem com estudantes de Direito. É um dos mecanismos que ajudam a divulgar e promover esse instrumento de resolução de litígios. Mas é preciso divulgar mais, porque para os investidores que procuramos atrair, nos seus países de origem e lá onde investem, a arbitragem já é um mecanismo bastante usual nos seus contratos.

E qual é a relação que se pode estabelecer entre a arbitragem e a luta contra a corrupção?
A arbitragem, de uma maneira geral, lida com questões de investimentos. Não tanto com o combate à corrupção e branqueamento de capitais. Em regra, quando há esses temas, os próprios Estados preferem submeter essas questões aos tribunais judiciais.

E o que pensa do combate à corrupção. Parece-lhe bem conduzido?
A corrupção não é benéfica ao desenvolvimento dos países. Assim sendo, os Estados devem combater este mal que existe. Relativamente aos mecanismos, foram criadas leis para este efeito e é uma decisão que o nosso Estado tomou.

No caso angolano, fala-se de selectividade neste combate…
Isto já são opiniões da selectividade no combate à corrupção. O que tenho a dizer é que a corrupção, com a magnitude que, muitas vezes, escutamos, não contribui para o desenvolvimento do país.

Na sua opinião, que reformas devem ser feitas ao sistema judicial?
Há reformas a fazer. Não faço parte de nenhuma comissão de reforma da justiça, mas, por aquilo que tenho acompanhado, existem reformas: temos o código de processo penal que está em andamento e o código civil, porque, de uma maneira geral, os nossos códigos de base são muito antigos, vêm da época colonial.

É preciso investimento para os professores investirem na sua formação, investigarem e publicarem, e é preciso investimento para que os estudantes tenham acesso à bibliografia, isso custa dinheiro.

O custo de vida é, na verdade, muito desafiante. Precisamos de criar ferramentas para conseguirmos dar a volta a esta situação. É importante termos pessoas qualificadas e impulsioná-las a criar os seus próprios empregos.

Como olha para o sistema de ensino no geral e particularmente no caso do Direito?
Não vamos dizer que o nosso ensino é o melhor do mundo. Temos de reconhecer que muito trabalho foi feito e está a ser feito, mas que carece ainda de melhorias. Nós, na Faculdade de Direito, por exemplo, temos muitos dos nossos juristas, pessoas aqui formadas, que, neste momento, têm posições-chave no Governo, nos tribunais, no empresariado, etc.

O que pensa da qualidade ou da ausência dela?
Há espaço para melhoria, o que é efeito com maior investimento no ensino. Porque, sem investimento adequado, não é possível melhorar muito. Pode fazer-se o que é possível, mas não o ideal. É preciso investimento para os professores investirem na sua formação, investigarem e publicarem, e é preciso investimento para que os estudantes tenham acesso à bibliografia, isso custa dinheiro. É preciso investir na compra de revistas online, mas, para isso, é preciso computadores. As instituições podem ter vontade de ter boas bibliotecas, mas é preciso comprar revistas e livros, criar programas de permuta de estudantes e levá-los a ambientes exteriores, nomeadamente, a competições de nível internacional.

Ao nível da Faculdade de Direito, há interesse nesta matéria?
Sim, já vamos tendo muitos estudantes com interesse nessa temática.

Como olha para o facto de muitos jovens estarem a abandonar o país, face ao agravamento das dificuldades económicas e sociais?
O custo de vida é, na verdade, muito desafiante. Precisamos de criar ferramentas para conseguirmos dar a volta a esta situação. É importante termos pessoas qualificadas e impulsioná-las a criar os seus próprios empregos. Aqueles que forem trabalhar para outrem devem estar efectivamente qualificados para dar resposta ao que é solicitado. As pessoas que estão a sair têm qualificação diferenciada. É importante tê-las aqui, porque este é o nosso país. Temos de ter aqui empreendedores e pessoas qualificadas.

Aceitaria um convite para o Governo?
Neste momento, é na universidade onde me consigo reencontrar. Gosto muito do que estou a fazer, ficar ao lado dos estudantes, transmitir conhecimento…

A nossa história é feita por mais de 1.600.000 nomes.

Seja um deles e entre na família **BIC.**

www.bancobic.ao

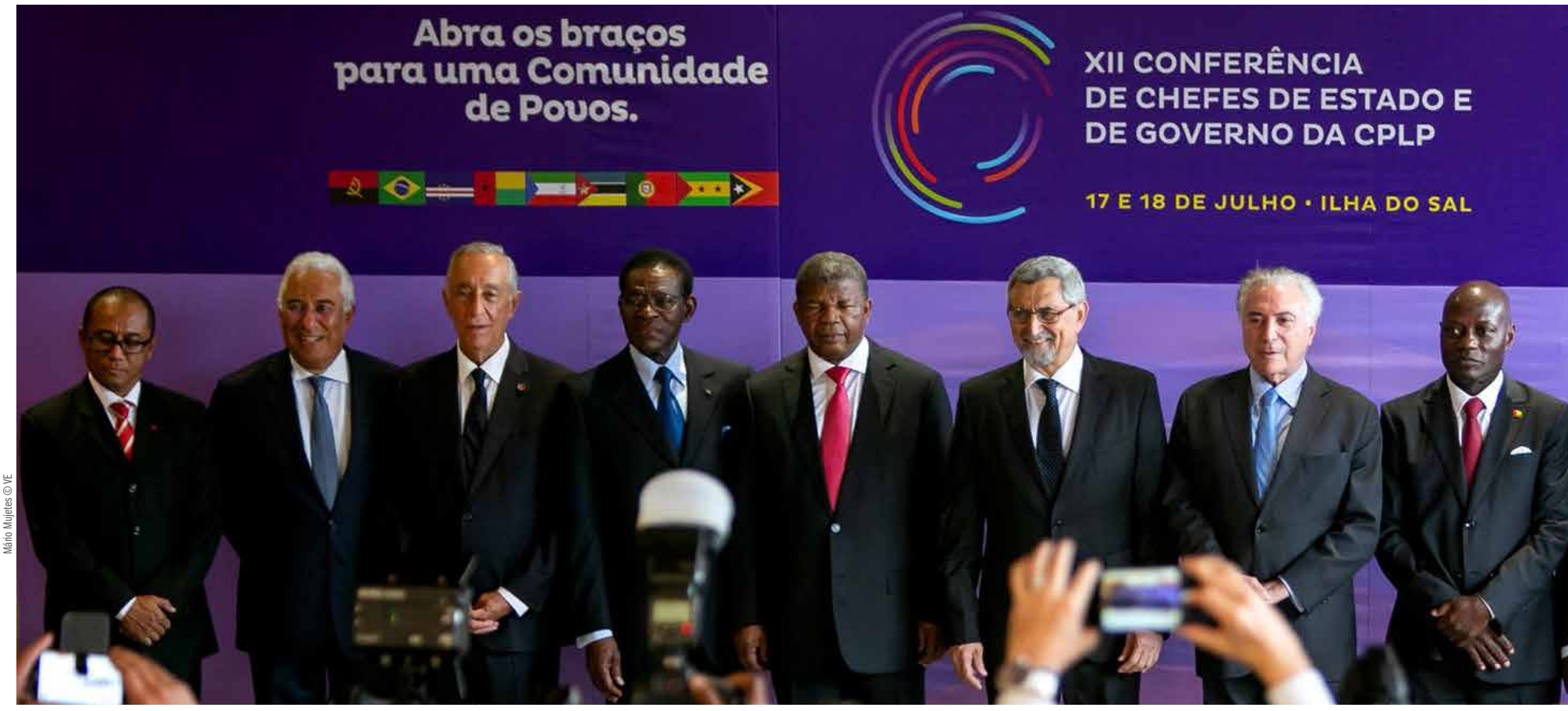
16 BANCO BIC ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.

BancoBIC

Crescemos Juntos

Economia/Política



Mário Mujetes © VE

CIMEIRA DA CPLP JUNTA NOVE ESTADOS A 17 DE JULHO

Por entre fricções políticas e os interesses económicos

DIPLOMACIA. Presidente do Brasil ausente, Guiné-Bissau em fricções com Angola, Guiné-Equatorial à beira de eliminar a pena de morte e Luanda a pensar nas relações económicas. É este o resumo de uma cimeira que vai aprovar a mobilidade diplomática. Em definitivo, cai a ideia de haver a livre circulação de pessoas e bens entre os países da língua portuguesa.

Por Emídio Fernando

Há 25 anos, desde a fundação, que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) procura aprovar a livre circulação de pessoas e bens. Há 25 anos que essa pretensão esbarra em obstáculos. E só este ano, por proposta de Cabo Verde, país que preside à organização, é que ficou semi-ultrapassada a barreira. Ainda assim, com 'nuances' linguísticas e práticas, longe da ideia inicial.

Pela segunda vez a presidir à CPLP, Cabo Verde leva para a cimeira uma proposta a que chama de 'Geometria variável' e que basicamente consiste num modelo de integração comunitária. Em vez de 'circulação', a CPLP opta por 'mobilidade'. Assim, a livre circulação de pessoas e bens dá lugar a um acordo geral, que prevê estadias até 30 dias no espaço da CPLP isentas de vistos e ainda vistos de curta duração para profissionais, investigadores e docentes, além de autorizações de residência mais facilitadas.

Desta forma, a CPLP dá uma 'meia volta por cima' ao maior obstáculo: a imposição da União Europeia que impede Portugal de assinar acordos de livre circulação, sobretudo numa altura em que a Europa tenta fechar fronteiras aos países africanos.

'IRRITANTES' BRASIL E PENA DE MORTE

Outro estorvo prestes a ser ultrapassado está nas mãos da Guiné-Equatorial. O país entrou para a comunidade, primeiro como observador, em 2008, e depois como membro de pleno direito apenas em 2014. O passo decisivo foi a promessa de abolir a pena de morte, cujos pormenores legislativos devem ser conhecidos na cimeira de Luanda.

Ausente da cimeira e do encontro dos nove chefes de Estado, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, vai ser substituído pelo vice Hamilton Mourão, um militar na reserva e que se destaca por ser um fervoroso

O ÍNDICE DE PREÇOS no Consumidor registou uma variação de 2,05%, de Maio a Junho de 2021. Em termos homólogos (Junho 2020 a Junho 2021), regista-se uma variação de 25,32%, registando um acréscimo de 2,70 pontos percentuais com relação a observada em igual período do ano anterior (Junho de 2020).

Economia mais economia

Fora as divergências políticas, Angola assume, pela segunda vez, a presidência da CPLP com uma agenda a apostar no desenvolvimento das relações económicas da comunidade. "A República de Angola gostaria de ver um quarto pilar acrescentado às nossas prioridades actuais, que é o pilar económico e empresarial", afirmou o ministro Teté António, à Lusa.

Luanda vai ser palco da XIII Conferência dos Chefes de Estados da CPLP sob o lema 'Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável'. O ponto alto será a cimeira que vai juntar os chefes de Estado. Uma reunião que se repete a cada dois anos.

Criada há 25 anos, a 17 de Julho de 1996, a CPLP tem actualmente nove Estados-membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Equatorial. Além destes membros efectivos, outros 10 participam como observadores, dos quatro continentes, Senegal, Ilhas Maurícias, Japão, Namíbia, Turquia, Geórgia, Uruguai, República Checa, República Eslovaca e Hungria.

CPLP COM MUDANÇAS DE OBJECTIVOS

No princípio era a língua

Foram precisos 13 anos para que a ideia de criar uma comunidade dos países falantes da língua portuguesa ganhasse corpo. A ideia foi acarinhada e incentivada pelo embaixador brasileiro em Portugal, José Aparecido de Oliveira, que se mostrou o maior entusiasta. Diplomata muito ligado à cultura, amigo de escritores lusófonos, José Aparecido de Oliveira 'agarrou' a oportunidade, logo na primeira vez que a intenção de criar a comunidade foi abordada a nível político. No caso, por Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em 1983, que propôs a realização de reuniões regulares que juntassem os sete Estados.

Só que, nessa altura, as relações entre Portugal e os governos africanos viviam momentos escaldantes, com grandes fricções. Durante anos, os sucessivos governos portugueses foram apoiando os movimentos que se opunham aos poderes em África. Angola e Moçambique, com as guerras mantidas pela Unita e Renamo, eram os casos mais complexos. Só a partir de 1991, com a introdução do multipartidarismo nos países africanos, e com o desanuviamento político, foi possível pensar-se na criação efectiva da CPLP.

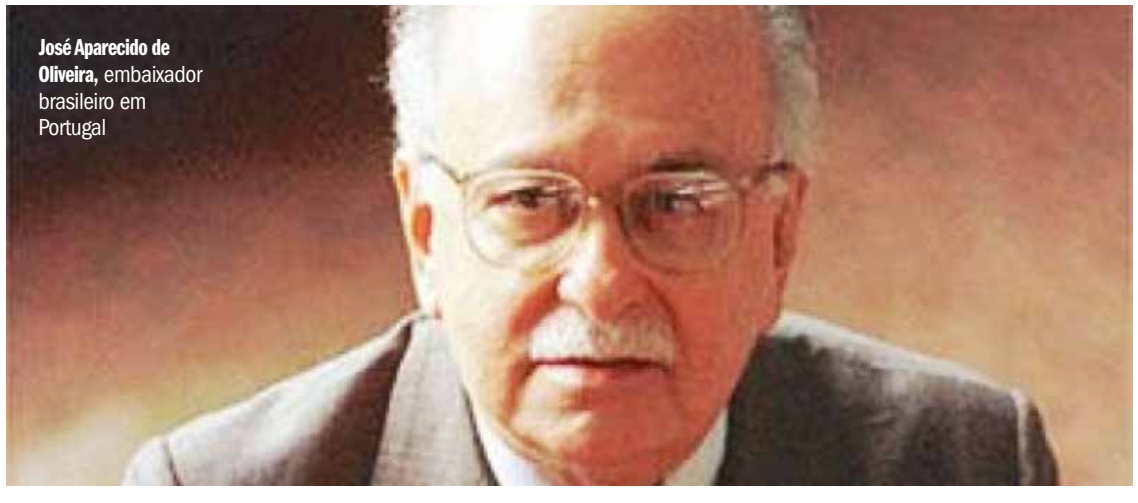
Começou por ser um projecto cultural, sobretudo em defesa da língua, mas com o decorrer dos anos assumiu a defesa de interesses mais económicos. Desde o início que um dos propósitos era a livre circulação de pessoas e bens. Mas a ideia, apenas aplaudida pelo Brasil e Cabo Verde, sofreu forte oposição de Portugal e de Angola.

José Eduardo dos Santos, durante os anos em que liderou o Governo angolano, nunca se mostrou um grande entusiasta da CPLP. Angola faltou aos compromissos de pagamento de quotas a que cada país está obrigado. Por imperativo dos estatutos, seguindo a ordem alfabética, Angola foi o primeiro país a presidir à CPLP e a designar o secretariado executivo, cuja liderança, por escolha de José Eduardo dos Santos, recaiu sobre Marcolino Moco, um dirigente do MPLA fora do núcleo do poder.

Em 11 cimeiras, José Eduardo dos participou apenas em três, uma em que foi o anfitrião, nas outras duas realizadas em Lisboa. Mas esteve na fundação, a 17 de Julho de 1996, ao lado dos presidentes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Na altura, eram apenas sete os países-membros. O grupo foi alargado a Timor-Leste em 2000 e à Guiné-Equatorial em 2014.

De acordo com os princípios, aprovados há 25 anos, a "CPLP tem três linhas de acção fundamentais: a concertação político-diplomática, a cooperação em diferentes domínios e a promoção e a difusão da língua portuguesa". A futura presidência angolana quer acrescentar um quarto pilar: o económico e empresarial.

Sem a presença dos observadores, a CPLP abrange mais de 260 milhões de pessoas e nove países em quatro continentes.



José Aparecido de Oliveira, embaixador brasileiro em Portugal

apoiante da ditadura resultante do golpe de Estado de 1964. O anúncio da ausência de Bolsonaro foi imediatamente interpretado, nos meios políticos, como demonstração do desagrado do presidente brasileiro pela forma como Luanda está a lidar com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com a expulsão dos pastores e o apoio aos chamados 'rebeldes'. O presidente brasileiro limitou-se a justificar a ausência com problemas de agenda. Mas, no ano passado, não hesitou em deslocar-se a Luanda, por umas horas, apenas para conversar com as autoridades angolanas em que o problema da IURD esteve em cima da mesa. Pelo lado angolano, em entrevista à Agência Lusa, o ministro das Relações Exteriores, Tete António, também tentou desfazer um possível mal-estar, garantindo "não existirem fricções entre os Estados-membros da CPLP".

A mesma garantia, usando a frase "não há fricções", foi dada pelo chefe da diplomacia angolana a propósito do 'irritante' desentendimento entre Angola e a Guiné-Bissau. O presidente guineense chegou a acusar João Lourenço de querer "interferir nos assuntos internos" da Guiné-Bissau, a propósito das eleições de 2019. Antes, já tinha acusado o presidente angolano de ingratidão e de perseguir a família de José Eduardo dos Santos.

Umaro Sissoco Embaló ganhou as eleições em Dezembro de 2019, mas Angola só reconheceu os resultados, à boleia da CPLP, quatro meses depois.

No caso de Portugal, apesar da correcção da linguagem diplomática de ambos os lados e das confirmadas presenças de António Costa e de Marcelo Rebelo de Sousa, várias análises têm apontado para um certo arrefecimento na relação com o Governo angolano. João Lourenço é inclusivamente interpretado como tendo marcado passos no sentido de uma maior aproximação à Espanha, em detrimento de Portugal, para vincar o seu alegado descontentamento pela insuficiente cooperação das autoridades portuguesas na sua controversa agenda de recuperação de capitais.

Economia/Política

Tendência decrescente marca trocas comerciais entre principais parceiros

Com o objectivo de reforçar a cooperação comercial entre os membros, os ministros do Comércio dos Estados-Membros reuniram-se pela primeira vez em Maio de 2012, em Luanda. E sublinharam a urgência na articulação de acções das entidades públicas para ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP, através do incremento do comércio, do investimento e de parcerias, assegurando uma maior inclusão e interacção dos agentes económicos e das economias dos Estados membros. Passados nove anos, no entanto, os números mostram que a tendência tem sido contrária.

Por exemplo, as trocas entre Portugal e Brasil (membros com maior volume de trocas entre si) naquele ano estava avaliada em cerca de 2,62 mil milhões de dólares. Em 2018 recuou para cerca de 2,156 mil milhões de dólares.

Já entre Angola e Portugal (maior parceiro comercial de Angola na comunidade) as trocas estavam estimadas em cerca de 4,770 mil milhões em 2012 e terminaram 2018 com 2,9 mil milhões de dólares. A tendência decrescente também se registou nas trocas entre Angola e Brasil, que é o segundo maior parceiro do país. Em 2012, estavam avaliadas em cerca de 1000 milhões, mas em 2020 foram de 535,4 milhões de dólares.

No caso de Angola, registou-se uma tendência contrária nas trocas com Moçambique em 2020 face a 2019 com um crescimento de cerca de 117% para 2,9 milhões de dólares.

A análise de especialistas

Relações e conflitos entre Estados

REACÇÕES. Especialistas dividem-se nas preocupações sobre Angola e a Guiné-Bissau, mas defendem maior união e uma maior intervenção da CPLP, quando há conflitos. Gaspar Luamba, João Sassanda e Ramos da Cruz traçam um retrato da comunidade.

JOÃO SASSANDA,
SOCIÓLOGO E POLITÓLOGO

A CPLP deveria ser mais ambiciosa e não pensar apenas nas cimeiras. A questão de Moçambique é grave, é terrorismo, um problema que enferma o mundo moderno e era importante que a CPLP mobilizasse não apenas parceiros fora dos continentes em que estamos inseridos. (A CPLP) devia formar um mecanismo para salvaguardar a estabilidade dos Estados quando forem invadidos, com a criação de uma força militar própria que possa integrar os diferentes Estados. É preciso também que seja uma plataforma giratória do aumento da democracia dentro dos países-membros para que os processos eleitorais sejam muito mais monitorizados para se evitar situações como na Guiné-Bissau e que se vive um pouco por toda África.

Não basta falarmos uma língua quando ela não tem uma relevância política, económica e científica a nível do mundo. É preciso apostar na ciência, no desenvolvimento sustentado para que o português tenha alguma relevância e os nossos povos comecem a tirar proveito.

Estamos muito aquém dos objectivos da criação da CPLP.

GASPAR LUAMBA,
ESPECIALISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Do ponto de vista económico e estratégico, a Guiné-Bissau é um Estado falhado e pode acontecer o mesmo com Moçambique.

Refuto a ideia de que, nos últimos dois ou três anos, a relação de Angola com a CPLP não tenha sido das melhores. No passado, não houve grandes melhorias.

A relação baseia-se simplesmente entre governos. Entre os povos, não há impulso, não há estratégias económicas eficazes porque até o mais simples, que era eliminar as barreiras de locomoção entre os povos, não se conseguiu fazer, nem tão pouco se conseguiu encontrar um acordo ortográfico.

Nestes 25 anos, não se conseguiu alcançar os objectivos desejáveis e estão muito longe de se alcançar enquanto a organização mantiver a mesma filosofia. Os Estados directores da CPLP olham para o organismo como uma organização circunstancial.

A relação de Angola e Guiné-Bissau dentro da CPLP nunca foi vantajosa no ponto de vista recíproco no plano económico.

RAMOS DA CRUZ,
ESPECIALISTA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bolsonaro, de forma inteligente, não quer juntar a sua crise interna com uma crise internacional, porque já esteve muito mal em termos de comunicação. Está a tentar juntar alguns cacos que já estão partidos e não quer aumentar, de forma que, na CPLP, preferiu não vir mas, mesmo assim, já pôs o seu genro e outro embaixador que são próximos à IURD para acalmar exactamente esta pressão que está a sofrer por parte da igreja.

O presidente da Guiné-Bissau não está a ter com o Presidente João Lourenço e com Angola uma posição de Estado. Ele, ao associar-se a José Eduardo dos Santos numa altura em que as relações não são boas, também não ficou muito bem.

Estas crispações já tiveram um reflexo. Angola já retirou o embaixador. A embaixada de Angola está a ser gerida por um ministro conselheiro, o que baixa de forma considerável o nível de comunicação entre os dois.

Por Mateus Mateus

A perseverança nos une
SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam
A SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam, integrando a maior instituição financeira não bancária de África. Valendo-se de mais de 100 anos de experência financeira no mercado Africano e na indústria seguradora, a Sanlam assume o compromisso com os seus parceiros, clientes e colaboradores, de estar sempre presente e caminhar juntos no desenvolvimento de capacidades e estruturas que permitam o crescimento seguro.
Unidos pelos mesmos valores.
Sanlam
Viva com confiança

Economia/Política

COM TÉCNICAS MODERNAS E SEMENTES MELHORADAS

Produção de batata-doce e feijão dispara no Dombe Grande

AGRICULTURA. Número de beneficiários de projecto de extensão rural também subiu, além da área de cultivo que cresceu 66%. Investimento aplicado já supera os 160 milhões de kwanzas.

Por Júlio Gomes

A produção por hectare de batata-doce e de semente de feijão no Dombe Grande, em Benguela, aumentou "significativamente" desde 2019, ano em que os produtores da localidade passaram a ser apoiados com formação e técnicas inovadoras pela Associação para o Empreendedorismo (Seiva).

Segundo o relatório da associação, referente ao exercício de 2020, a produção de batata-doce, por exemplo, disparou 233,3%, saindo de três toneladas por hectare, em 2019, para 10 toneladas por hectare no ano passado. Quanto à produção de semente de feijão, os dados apontam para um crescimento de 25%, saltando das 9,4 toneladas por hectare para 11,8 toneladas. Desempenho semelhante teve ainda a área de cultivo que passou dos 120 para os 199,3 hectares, um acréscimo de 66%, enquanto o número de beneficiários do projecto da associação aumentou 9,3%, ou seja, saindo das 161 para as 176, no período.

Benjamim M'bacassy e Rômulo Peixoto, técnicos da Seiva, reportam que, aquando da chegada ao Dombe Grande, há três anos, "os camponeses estavam desmoralizados e praticamente decididos a abandonar o cultivo do tubérculo". No entanto, com a aplicação de mais de 160 milhões de kwanzas em recursos humanos e equipamentos (51% dos quais na formação e investigação), recuperou-se o ânimo dos produtores, de tal sorte que a produção e o número de beneficiários directos e indirectos tem vindo a crescer, graças também ao conhecimento que oito engenheiros agrónomos recrutados na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, têm levado a cabo. "O foco da Seiva é tornar o Dombe Grande num pólo de desenvolvimento, a partir do qual serão 'contagiados', com o saber, outros camponeses da província e do país com técnicas de cultivo modernas e sementes melhoradas", explicam os técnicos Benjamim M'bacassy e Rômulo Peixoto.

Ao lembrarem que 70% da proteína consumida vem do campo, os dois técnicos vêm nisso razão suficiente para o aumento da produção e da produtividade das famílias camponesas.

Além de ensinar técnicas avançadas de cultivo, a Seiva preocupa-se também com o escoamento da produção, argumentando que os camponeses têm de ter noção de que vão produzir e terão mercado. "Entendemos que, se souberem dos custos de produção e o mercado onde vão vender, terão maior rentabilidade e isso melhora a sua qualidade de vida", explicam os técnicos da associação sediada em Benguela.

Os dados sobre assistência técnica e extensão rural no Dombe Grande reportam que, em 2019, o projecto beneficiou indirectamente 805 camponeses.

COMISSÃO APRESENTA RESULTADOS

PIIM já 'torrou' 212,1 mil milhões de kwanzas

No final da IV reunião ordinária da comissão interministerial para a coordenação do PIIM, Laurinda Cardoso informou que dos 1.749 projectos do plano, 1.718 foram elegíveis e 1.679 já estão em execução, o que representa cerca de 95%.

Segundo Laurinda Cardoso, também secretária de Estado para Administração do Território, os projectos que já estão concluídos gastaram 212,1 mil milhões de kwanzas.

No encontro da comissão, prosseguiu, foi definida uma metodologia de trabalho para mitigar os constrangimentos que têm que ver com o impacta nos resultados da execução dos projectos, sendo que um dos constrangimentos identificados está relacionado com a questão da mobilidade dos quadros.

A governante disse ainda que mais de 90 executores do PIIM correspondem a unidades orçamentais, sendo que, do ponto de vista estratégico, a comissão tem trabalhado com o Ministério das Finanças para reforçar e capacitar os órgãos desconcentrados deste sector a nível local, para flexibilizar e melhorar o fluxo referente à operacionalização dos projectos.

Na mesma ocasião, a directora nacional do Investimento Público (DNIP), Jociene Cristiano, informou que, dos 1. 679 projectos em implementação, 170 já foram concluídos em distintas províncias, com realce para seis escolas do ensino primário, cinco hospitais, um complexo aeroportuário e estradas.

PLANO RECEBE CRÍTICAS

Entretanto, analistas abordados pelo ***Valor Económico*** criticaram recentemente a forma de financiamento do programa. O economista Domingos Fortes, por exemplo, explicou que desde o início que se manifestou contra a 'evasão' de divisas do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) para o financiamento deste programa, considerando que o Governo devia usar para essa empreitada recursos do Orçamento Geral do Estado.

Para o vice-presidente da Associação Industrial Angolana (AIA), Eliseu Gaspar, "em vez de investimentos em infraestruturas que depois não funcionam, os recursos do FSDEA deviam ser canalizados, numa primeira fase, para potenciar a agroindústria, o que iria aumentar o consumo e a produção interna e exportar para o mercado da região que tem mais de 90 milhões de consumidores".

O PIIM, lançado a 27 de Junho de 2019, no Cazombo, Moxico, com o objectivo de materializar "acções de investimento público de despesas de apoio ao desenvolvimento e de actividades básicas". A intenção, segundo as autoridades, é priorizar as acções de carácter social, para travar o êxodo rural e promover o crescimento económico inclusivo.

Por Júlio Gomes

Laurinda Cardoso, secretária de Estado para a Administração do Território

net
UNITEL

OS NOVOS PLANOS DE NET CHEGAAARAM!

	PREÇO	VOLUME	VALIDADE
PLANO SEMESTRAL	70.000 KZ	100 GB	180 DIAS
PLANO ANUAL	130.000 KZ	200 GB	365 DIAS

ACTIVA O TEU PLANO NO MULTICAIXA EXPRESS OU INTERNET BANKING.
PODES ACTIVAR TAMBÉM NUMA LOJA OU AGENTE UNITEL.

Liga *111#
www.unitel.ao

UNITEL

Mercados & Negócios

DAR AL-HANDASAH REGRESSA ÀS GRANDES OBRAS DE CONSTRUÇÃO

Plano dos Transportes nas mãos de empresa 'amiga' de JES

CONSTRUÇÃO. Governo 'recupera' empresa que dominou a elaboração de projectos no tempo de José Eduardo dos Santos e teve ligações estreitas com a FESA. Consultora libanesa tem em mãos o plano director dos transportes. Mas conta no portfolio com alguns falhanços, como o Bairro dos Ministérios e a cidade Sassa Bengo, que nunca saiu do papel.

Por Emídio Fernando

Como já avançado há duas semanas, o Governo entregou à Dar Al-Handasah a responsabilidade de elaborar o Plano Director Nacional do Sector dos Transportes. Uma adjudicação que significa também mais um passo na 'recuperação' de uma relação empresarial, entre Angola e a empresa libanesa, que já leva 24 anos e ainda representa o regresso à ribalta de um grupo que, durante duas décadas, foi acarinhado nos governos de José Eduardo dos Santos.

Todo o projecto é financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e esteve na 'gaveta' quase seis anos. O concurso público, para escolher a empresa, ficou concluído em 2015, com a escolha da Dar Al-Handasah, mas ficou parado e só foi recuperado em 2019.

Além dos Transportes, a empresa libanesa tem em mãos o plano director de drenagem de Benguela, que deverá começar este ano. O governo provincial, liderado por Luís Nunes, investe 44,2 mil milhões de kwanzas na implementação deste plano que poderá permitir o escoamento de águas.

A Dar Al-Handasah entrou no projecto pela mão do governador, que tem ligações empresariais com os libaneses. A empresa de Luís Nunes, a Omatapalo, e a Dar Al-Handasah integraram um consócio que se candidatou à construção da Refinaria de Cabinda. Além das duas empresas, a construtora portuguesa Mota Engil também entrou no consórcio, mas acabou por perder a corrida a favor da brasileira OEC (Odebrecht Engenharia e Construção).

Faz parte do portfolio mais recente da empresa o Projecto de Abastecimento de Água Bita IV (B4WSP), uma obra que pretende servir áreas de rápida expansão do desenvolvimento urbano a sul de Luanda, principalmente entre Belas, Talatona e Viana. O projecto começou em 2019, ano em que foi atribuída à empresa o plano dos Transportes.

GRANDES PROJECTOS, GRANDES FALHANÇOS

Os 24 anos da presença da Dar Al-Handasah em Angola marcaram um período de grande crescimento económico do país,

Vera Daves, ministra das Finanças
ministra das Finanças

A REFRIANGO e a Coca-Cola assinaram uma parceria para a produção e distribuição, em Angola, do sumo Minute Maid, que começa a ser produzidos ainda este mês.

em especial depois de 2002, em que a empresa libanesa teve um papel de destaque. No entanto, foi perdendo 'gás', com a chegada de João Lourenço à Presidência da República.

O último trabalho de vulto foi a autoria do projecto do complexo da Assembleia Nacional. Antes disso, esteve envolvida, através da Dar Angola, uma das subsidiárias, em obras de construção civil. Mas com alguns fracassos.

Os mais notórios foram o Bairro dos Ministérios e a cidade denominada Sassa Bengo, projectos que se ficaram pelo papel.

A Dar Al-Handasah, através da Dar Angola, integra a Sodimo, a sociedade anónima que também como accionistas a Suninveste, o Banco Angolano de Investimentos (BAI), a Sansul e a Sommis. O grupo é autor do projecto que prevê a construção de 28 edifícios para albergar ministérios, um edifício para o Conselho de Ministros, centro de convenções, campus de justiça, palácio da cultura e um espaço para a Expo-Luanda. O projecto encontra-se em 'stand by', com um 'braço de ferro' entre João Lourenço e o ministro Manuel Tavares de Almeida que insiste em levar o projecto, uma parceria público-privada, adiante. Foi a própria Sodimo que vendeu os terrenos ao Estado.

Um dos mais emblemáticos projectos da Dar-Al-Handasah foi desenhado em 2009 e prometia fazer uma revolução urbanística, com a construção de uma cidade que pudesse ser a alternativa a Luanda. Chamava-se Sassa Bengo, era basicamente um Plano Integrado para a expansão urbana. A previsão apontava para a sua conclusão até 2030.

O plano até mereceu honras de apresentação oficial pelo então coordenador, o ministro do Urbanismo, Diakumpuna Sita José. O objectivo apontava para libertar a capital de excesso da população, deslocando três milhões de habitantes para uma área entre Luanda, Caxito e Barra do Dande.

POLÉMICAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

À frente da empresa em Luanda surge o libanês Ramzi Klink, descrito como um dos homens mais influentes junto do círculo de José Eduardo dos Santos. Além de empresário, esteve envolvido na criação da Fesa (Fundação Eduardo dos Santos), onde se juntam empresas petrolíferas como a Texaco ou a brasileira Odebrecht. Ramzi Klink fez parte do conselho fiscal da Fesa. A sua influência permitiu-lhe colocar a Dar Al-Hamasah a dominar a elaboração e fiscalização das obras relevantes de arquitectura e engenharia do Estado.

A Dar-Al-Handasah é considerada uma das mais qualificadas empresas mundiais de estudos e projectos de engenharia e fiscalização.

Há dois anos, o Dar Group foi alvo de uma acusação, ainda não provada, mas que provocou uma guerra comercial e jurídica sem final à vista. A acusação partiu do ministro da Energia da Arábia Saudita, Khalid Al-Falih, que apontava o dedo ao consórcio libanês Dar Group, garantindo que era suspeito de "suborno e corrupção", num telefonema dirigido ao ministro da Defesa da Austrália. O grupo libanês argumenta que tudo não passa de uma guerra comercial com a intenção de o afastar dos grandes projectos de construção do Oriente, África e Austrália. O caso inspirou um artigo do jornal australiano ABC, cujo título já sugere quase tudo: 'Espiões, políticos e alegações de corrupção: por dentro da amarga guerra corporativa entre a gigante da engenharia Worley e o Dar Group'.

Em 2014, a Dar Al-Handasah ganhou o projecto de construção do Canal de Suez, reforçando a ideia de que tinha ligações estreitas com o poder militar do Egipto. A atribuição levantou suspeitas. Foram contratadas 18 empresas, com vínculos, oficiais ou oficiosos, ao Ministério da Defesa. Alguns dos empreiteiros nem tinham registo comercial, o que motivou a conclusão de jornalistas egípcios, depois de várias investigações, de que o concurso teria sido feito à medida dos interesses do presidente Abdu Khalil al-Sisi, Na liderança da construção está um consórcio liderado pela Autoridade de Engenharia das Forças Armadas. A concepção pertence à Dar Al-Handasah, pertencente ao Dar Group, um conglomerado de engenharia, design e arquitectura, criado em Beirute em 1956,

Hoje, o grupo emprega mais de 8.600 funcionários, em 47 escritórios, espalhados pelo Médio Oriente, África, Ásia e Europa. Tem cinco centros principais em Beirute (Líbano), Pune (Índia), Cairo (Egipto), Londres (Reino Unido) e Amã (Jordânia). No seu site, descreve-se como "o maior 'player' global de propriedade privada na indústria de engenharia e design". Ainda de acordo com o site, o grupo desenha projectos tanto em zonas de guerra como em locais sagrados, em áreas suburbanas e metropolitanas e nos desertos.

24

Anos, período de actividade da empresa libanesa em Angola. A empresa está ligada a um grupo que emprega mais de 8.600 funionários em 47 escritórios.

MEMORIZE

- **Em 2014,** a Dar Al--Handasah ganhou o projecto de construção do Canal de Suez, reforçando a ideia de que tinha ligações estreitas com o poder militar do Egipto.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Mercados & Negócios

GARANTIA DO BNA

BPC vai continuar a provocar "algumas dores"

BANCA. Governador do BNA garante que constrangimentos ligados à falta de liquidez do banco continuarão a provocar transtornos, mas assegura que o banco central vai prestando assistência sempre que possível.

Por César Silveira

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) vai continuar a provocar algumas 'dores de cabeça' aos seus clientes por falta de liquidez como consequência de a recapitalização ter sido feita essencialmente por via de títulos da dívida pública.

A previsão é do governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, que, em declarações ao ***Valor Económico,*** garantiu que o banco central tem estado a prestar "assistência de liquidez" ao maior banco público sempre que possível no sentido de mitigar a situação.

"O banco foi recapitalizado, mas essencialmente com títulos de dívida pública e estes títulos não têm liquidez imediata como o banco gostaria. Isto causa outra natureza de constrangimento. O banco está num processo de reestruturação e, durante este período, vamos ter sempre algumas dores", precisou Massano.

Admitindo que a situação ainda não está "totalmente resolvida", Massano exemplificou que o BNA teve de intervir para minimizar a 'dor' dos reformistas, ao dar assistência para o pagamento das pensões de reforma. "Tivemos um momento em que era muito difícil, tivemos de intervir. O tema não está totalmente tratado, ainda temos longas filas, mas já não aquele cenário a que assistíamos até ao final do primeiro trimestre deste ano", respondeu.

As declarações de José de Lima Massano contrariam, em certa medida, a afirmação do vice-governador do BNA, Tiago Dias, na última semana, segundo a qual o BPC "está sólido".

O BPC beneficiou, em 2020, de uma recapitalização de pouco mais de 880,1 mil milhões kwanzas, dos 188,6 mil milhões previstos.

BPC E A TFPL

O 'tema BPC' surgiu, à margem da conferência da imprensa do BNA, na última semana, na sequência da questão do ***Valor Económico*** sobre a possibilidade de os bancos violarem direitos dos clientes, devido à tendência crescente da Taxa de Juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de sete dias (TFPL). O último encontro do Comité de Política Monetária, por exemplo, decidiu aumentar de 12% para 15% esta taxa.

O jornal quis saber de José Massano se o BNA tem mecanismos para impedir que os bancos violem os direitos dos consumidores, dificultando, por exemplo, o levantamento dos valores com o objectivo de aplicarem estes fundos no banco central, beneficiando da taxa ora fixada em 15%.

E, como exemplo, considerou-se a possibilidade de um mecanismo semelhante estar por detrás dos últimos constrangimentos que os clientes do BPC tiveram para movimentar as respectivas contas nos finais dos meses de Maio e Junho. Em resposta, o governador do BNA referiu que "o BPC tem outros desafios e alguns ao nível da própria liquidez". "Prestamos também assistência a este nível", precisou Massano, para depois garantir que o BNA tem mecanismos para controlar eventuais práticas abusivas. "Temos o departamento específico de conduta financeiro que faz um acompanhamento e monitorização perante aquilo que é a prática bancária. Depois também, em relação às taxas, outras unidades como o departamento de estatísticas, mercados e activos e de estudos económicos fazem um monitoramento regular de situações que podem ser consideradas abusivas e lesivas aos interesses da economia do modo global", garantiu.

O governador justificou, por outro lado, o aumento da taxa de juro da facilidade Permanente de Absorção de Liquidez de sete dias com a necessidade de atrair os depositantes. "Com esta taxa, a nossa intenção é que os bancos comerciais tenham também condições de repassá-las aos seus depositantes porque, se subimos as taxas com a intenção de impactar sobre a procura e se ela não chega a quem tem recursos depositados, vai continuar a pressionar, de algum modo, o consumo, então o instrumento não é eficaz", explicou.

A TFPL é um dos vários instrumentos de política monetária que se utiliza para controlar os níveis de liquidez na economia, seja pelo aumento, seja retirada da massa monetária em circulação. Na prática, é utilizada perante a necessidade de atrair ou não os bancos a fazerem depósitos junto do banco central, dependendo das remunerações. Ou seja, quando TFPL é elevada, os bancos ganham mais e a tendência é os bancos deixarem o dinheiro no BNA. Quando a taxa é baixa, o retorno dos depósitos é igualmente baixo e, consequentemente, reduz a motivação dos bancos em deixarem o dinheiro no banco central.

MEMORIZE

Quando a TFPL é elevada, os bancos ganham mais e a tendência é deixarem o dinheiro no BNA. Quando a taxa é baixa, o retorno dos depósitos é igualmente baixo, o que reduz a motivação dos bancos em deixarem o dinheiro no BNA.

Qualidade e excelência no fornecimento de

PRODUTOS, SERVIÇOS & SOLUÇÕES INTEGRADAS

em **Informática** e **Telecomunicações**

OMNIdata
Informática e Telecomunicações

DELL Technologies
TITANIUM PARTNER

SOMOS PARCEIROS QUALIFICADOS E AUTORIZADOS PELA **DELL** PARA DAR SUPORTE AOS SEGUINTES PRODUTOS:

- Powermax & Vmax Family
- Unity
- VNX
- Data Domain
- Avamar

Para mais informações, ligue:

939 691 313

SEDE

www.omnidata.co.ao

Condomínio Belas Business Park, Edifício Namibe - Piso 8 - Talatona - Luanda - Angola

DE JURE

INCLUINDO O SECTOR DA AVIAÇÃO CIVIL

Investigação de acidentes nos transportes com lei aprovada

TRANSPORTES. Ministro Ricardo d'Abreu justifica diploma legal com a necessidade de se melhorarem algumas deficiências e proceder a actualizações conforme as orientações da Organização da Aviação Civil Internacional.

Por Redação

O país poderá contar, nos próximos tempos, com o Instituto Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes e Incidentes nos Transportes. O anúncio foi feito pelo ministro dos Transportes, Ricardo d`Abreu, no quadro da Alteração da Lei da Aviação Civil.

A entidade, segundo o dirigente, será criada por via de um Decreto Presidencial e terá a responsabilidade de investigar acidentes e incidentes nos transportes, sector de que também faz parte a aviação civil.

O pronunciamento de Ricardo d'Abreu surge na sequência da aprovação, na especialidade, da proposta de Alteração da Lei da Aviação Civil, esta segunda-feira, pela Assembleia Nacional.

A proposta, segundo o ministro, é justificada com a necessidade de se melhorarem algumas deficiências e proceder a actualizações conforme as orientações da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO, acrónimo inglês).

Com esse passo, o Estado passa, futuramente, a ter responsabilidade sobre as aeronaves civis, podendo apenas exercer operações quando tiverem devidamente asseguradas as questões de regulação e supervisão.

Como exemplo, o ministro Abreu esclareceu que, se o Estado permitir que uma aeronave civil e o piloto levantem voo e, acto contínuo, fizerem estragos num país vizinho, o mesmo será responsável pelo acidente, por ter permitido a descolagem da aeronave.

O objectivo da alteração da lei passa pela consagração de alguns enunciados previstos na Convenção de Chicago – Convenção da Aviação Civil Internacional que, apesar de Angola ter ratificado em Março de 1977, ainda não foi promulgada.

As zonas proibidas, sistemas de aeronaves não tripuladas, como são os casos dos drones, enquanto aeronaves fruto do desenvolvimento humano e científico, são alguns dos aspectos em referência no relatório de fundamentação.

No quadro da proposta de Lei ora aprovada, está prevista a criação de um plano de assistência às vítimas de acidentes de aviação e familiares, que poderá ser estruturado e actualizado de forma regular.

Ricardo d'Abreu, ministro dos Transportes.

MEMORIZE

● **O objectivo** da alteração da lei passa pela consagração de alguns enunciados previstos na Convenção de Chicago – Convenção da Aviação Civil Internacional que, apesar de Angola ter ratificado em Março de 1977, ainda não foi promulgada.

JUSTIÇA

Formação vai custar 100 milhões kz

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH) deverá desembolsar pelo menos 100 milhões de kwanzas para a formação contínua dos oficiais de Justiça.

O valor consta das cláusulas de um acordo assinado esta segunda-feira entre o órgão ministerial e o Sindicato dos Oficiais de Justiça de Angola (Soja).

No acordo, o Ministério comprometeu-se a construir, em todo o país, 14 lojas de registo, até Junho do próximo ano, e reabilitar 80 serviços do sector, até Dezembro deste.

Segundo o secretário de Estado da Justiça, Orlando Fernandes, o MJDH compromete-se a apostar, ainda este ano, na promoção de mais de 1.300 efectivos e concluir a selecção da entidade responsável pelo transporte de Bilhetes de Identidade e de outros documentos, até Setembro.

Uma cláusula do acordo, respeitante ao seguro de saúde, prevê que os dependentes dos oficiais de justiça passem igualmente a beneficiar das apólices, no quadro de um acordo entre a Caixa de Previdência da Justiça e uma seguradora.

Sobre os ordenados, Orlando Fernandes garantiu haver contactos ao mais alto nível, e pretende-se, igualmente, trabalhar no estatuto pessoal dos oficiais de justiça.

Apesar de satisfeito com o acordo, o secretário-geral do SOJA apelou ao Ministério para o cumprimento, no prazo de um ano, das obrigações inscritas no documento, em vigor desde segunda-feira, 12.

O memorando resulta das reclamações constantes do caderno reivindicativo de 1 de Abril de 2021. Foram signatários o secretário de Estado da Justiça, Orlando Fernandes, e o secretário-geral do Soja, Brito Teixeira.

Gestão

DA LEI SECA AOS IMPOSTOS

'Efeito-cobra' e os fracassos económicos

INSUCESSOS. Lei seca nos EUA, caça às cobras na Índia, proibição de carros no México e um imposto para todos em Inglaterra são algumas decisões históricas... mas fracassadas. Economistas chamam 'efeito cobra'.

Por Emídio Fernando

TAXA ÚNICA FAZ CAIR UM GOVERNO

Não foi falta de aviso. Nem falta de protestos a contestar a decisão. Em 1989, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher decidiu avançar com a criação de um imposto. Era chamada 'dama-de-ferro' e quis fazer jus ao nome.

Publicou o chamado 'Poll Tax', um imposto comunitário, apresentado como uma forma 'democrática' de cobrar. Era uma taxa única, cobrada por 'cabeça', ou seja, todos pagavam independentemente do seu rendimento ou da sua capacidade económica.

A ideia era substituir o imposto sobre imóveis, uma espécie de Imposto Predial Urbano (IPU), cobrado em Angola. Mal a taxa começou a ser aplicada na Escócia, já se adivinhava o que iria dar: uma forte contestação.

No restante Reino Unido, provocou uma resistência que não se ficou simplesmente pelos protestos de rua. A população recusava-se a entregar documentos e quem aceitou pagar acumulou kilápis.

Margaret Thatcher acabou por cair, menos de um ano depois, quando a contestação chegou ao próprio partido. Por entre traições políticas, deu lugar a John Major.

LEI SECA, PARAÍSO DA MÁFIA

Um estudo encontrou as razões para a pobreza, o mau desempenho profissional e a violência: o álcool. A bebida alcoólica era apontada ainda por líderes religiosos como a 'mãe de todos os males. Depois de relatórios exaustivos, com argumentos adicionais de que a cerveja e o vinho eram produtos estrangeiros, o governo federal dos EUA encontrou, em 1920, uma solução que passava por 'cortar o mal pela raiz'. Criou a 18.ª Emenda à Constituição que proibia o fabrico, comércio e transporte de bebidas alcoólicas em todo o território nacional. O articulado, denominado o Acto de Proibição Nacional, entrou para a História de Economia – e, já agora, da Criminologia e de Hollywood – como a Lei Seca.

Em pouco tempo, foram encontradas formas de tornear a lei. E todas elas, ilegais. Assim se desenvolveu a máfia nos EUA que 'inventou' o contrabando de bebidas e criou verdadeiros impérios e líderes lendários como Al Capone ou Lucky Luciano. Aumentaram a violência e a corrupção, o número de crimes subiu em flecha, em especial, os ligados a assassinatos, disparou o enriquecimento ilícito e parte das próprias autoridades passou a alinhar com o crime organizado.

Apesar da violência gerada, a lei durou 13 anos. Só foi revogada em 1933 com um pedido do Congresso para que fosse legalizada a cerveja.

ENCANTADORES DE NEGÓCIOS

Assustado com o elevado número de cobras venenosas que surgiam de qualquer parte a qualquer momento, o governo colonial britânico, na Índia, resolveu ser simpático. Em vez de procurar medidas para as exterminar, tomou uma decisão mais... económica: passou a oferecer uma recompensa por cada cobra morta.

Foi uma estratégia que, no entanto, não contou com o espírito empreendedor dos indianos. No início, as coisas até funcionaram bem. Depois começaram a surgir criadores de cobras venenosas.

O resultado foi mesmo o que se imagina: aumentou o número de cobras. O governo demorou a perceber, mas, mal o fez, cortou as recompensas. As cobras, como já não interessavam, foram simplesmente abandonadas. Também como seria previsível, de repente, a Índia ficou com mais cobras do que tinha antes de começar o programa de recompensas. Na Índia, há 275 espécies de cobras e 65 são venenosas. Anualmente, morrem 50 mil pessoas vítimas de cobras.

A experiência teve pelo menos o mérito de ter dado um conceito

à Economia: o efeito-cobra. Ou seja, uma consequência não intencional, derivada de se tentar acabar com um problema, mas, em vez disso, fica agravado.

MAIS CARROS, MAIS POLUIÇÃO

Em 1989, a já ultra-poluída Cidade do México passou a ter altas concentrações de poluição. Estudos indicavam que respirar o ar, durante um dia equivalia, a fumar dois maços de cigarros.

Em Novembro, foi tomada uma medida extraordinária, apoiada pela campanha 'Hoje não se circula'. O governo limitou a circulação de automóveis, dividindo os males. Os carros circulavam, de acordo com as matrículas. As que terminavam com números pares uns dias definidos, as ímpares em outros.

Meses depois, um estudo da Universidade de Chicago mostrava que, de facto, as emissões de ar poluído tinham diminuído, mas apenas aos fins-de-semana. Nos restantes dias, mantinha-se o nível detectado.

Por outro lado, as estatísticas de vendas de automóveis indicavam mexidas no negócio. As vendas 'dispararam'. Ao mesmo tempo, o número de pessoas que usava transportes públicos manteve-se constante.

A conclusão foi simples. Para tornear a medida, as pessoas optaram por comprar carros, escolhendo matrículas com terminações diferentes. Como o México não é propriamente um país rico, os novos compradores foram optando por carros usados e mais antigos. O mesmo é dizer mais poluentes. Resultado é fácil de deduzir: aumento da poluição do ar.

(In)formalizando

Mário Mujetes © VE

PANDEMIA E FALTA DE ENERGIA ELÉCTRICA JUSTIFICAM DIFICULDADES

Projecto Angola Online quase sempre em offline

ACESSIBILIDADE. Apenas o Cazenga pode dizer que tem internet de borla, fornecida pelo 'Angola Online. O projecto debate-se com várias dificuldades, entre as quais a falta de energia e a falta de manutenção. Está muito longe a meta de fornecer net a mais de 130 mil utilizadores ao mesmo tempo.

Por Isabel Dinis

"Já não funciona", "está inactiva" e é "muito lenta". São estes os comentários que se ouvem de moradores e de utentes sobre os pontos onde está disponível o projecto 'Angola Online'. A iniciativa foi lançada há sete anos e tinha, como objectivo, criar pontos de acesso público e gratuito à internet em diversos locais em todo o país-

Uma ronda feita pelo ***Valor Económico*** deu para constatar que a maioria dos pontos de distribuição, em Luanda, está inactiva e, entre os activos, o acesso é lento. Há outros em que as placas que sinalizavam a presença do projecto já não estão disponíveis.

O Instituto Nacional de Fomento da Sociedade da Informação (Infosi), que gere o projecto, justifica as dificuldades com a crise económica, a pandemia e ainda com problemas no fornecimento de energia eléctrica.

Na Casa da Juventude de Viana, por exemplo, há uma placa que não funciona "há vários meses", informa um dos trabalhadores. Algumas pessoas que estavam no local nem sabiam a utilidade da placa do 'Angola Online'.

Na Praça da Família, no centro de Luanda, ninguém sabia da existência do 'Angola Online' e nem se havia algum ponto de distribuição. Todas as tentativas para localizar ou encontrar alguém que conhecesse o ponto de distribuição foram em vão. O endereço IP, ou protocolo de internet, estava indisponível. No IMIL (Instituto Médio Industrial de Luanda) Makarenco, o sinal funciona, mas "é bastante lento e quase ninguém usa", informaram alguns alunos.

No Largo do Primeiro de Maio, o endereço IP nem sequer estava disponível. O mesmo no Largo das Escolas. Aliás, neste ponto de distribuição não havia a placa e ninguém sabia da existência de um ponto de distribuição do projecto.

No Parque da Igreja São Domingos, a placa do 'Angola Online' é bem visível, mas não se consegue obter o endereço IP. O mesmo acontece com os pontos da Igreja Sagrada Família e com o do Parque Recreativo da Samba. Neste último, a placa foi vandalizada e mostra sinais de falta de fiscalização.

No CNTI, no pátio da Faculdade de Letras, estudantes garan-

O MUNICÍPIO DO AMBRIZ, província do Bengo, realizou a segunda edição da Feira Agrícola e Pescas, registando-se um volume de negócio de 4,5 milhões de kwanzas contra os 3 milhões de Kwanzas da edição passada.

tem que já há vários meses que o sinal está inactivo e nem sabem as razões. Ninguém deu qualquer explicação. Um grupo de estudantes, do curso de engenharia, explicou que, nos tempos, em que o sinal estava funcional, apesar das "inconstâncias" e da "internet ser 'gato' (jargão que significa mau ou ruim) já dava um jeito ter algo gratuito para pesquisar trabalhos académicos ou para diversão".

CAZENGA, UM CASO DE SUCESSO

Cazenga possui os únicos pontos de distribuição de internet, do projecto 'Angola Online' que têm funcionado. O Valor Económico constatou, que neste município, existem três pontos que funcionam em alguns períodos do dia. No Marco Histórico, o serviço está sempre operacional e os utilizadores têm até duas horas diárias de internet gratuita. Ainda no Cazenga, nas duas ruas localizadas em frente à administração também há serviço gratuito de internet. Uma moradora explica que já houve vários pontos de distribuição em diversas ruas, mas que actualmente apenas duas ruas mantêm os serviços a 100%. "Na minha rua e na minha própria casa tinha um ponto de distribuição. O ano passado, em Fevereiro, retiraram o que estava na minha casa e em outras casas também. Disseram que era para arranjar. Mas até agora não devolveram. Já estávamos habituados. E agora não temos mais isso. Todos os dias tenho de me deslocar até a rua C para usar a internet", conta a moradora que usa essencialmente a internet para frequentar as redes sociais e para pesquisar de vídeos de mecânica, já que sempre trabalhou como mecânica. Na rua C, a hora de melhor acessibilidade é normalmente das 12 às 16h, quando há menos gente a usar a internet. "Depois deste horário é só orar. A internet é lentíssima", explica.

40

Milhões de kwanzas, custo dos 20 pontos de acesso de Luanda, segundo as autoridades na altura do lançamento.

60

Utilizadores, capacidade estimada dos pontos de acesso, por cada duas horas, durante o dia

MEMORIZE

- **O 'Angola** Online' foi inaugurado a 30 de Agosto de 2014. É um projecto social e sem fins lucrativos. A ideia inicialmente era expandir a todo o país. Actualmente, 16 províncias têm pontos de acesso. Luanda é aquela que tem o maior número.

ENERGIA E CRISE ECONÓMICA DIFICULTAM O PROJECTO

A crise económica e as dificuldades no fornecimento de energia eléctrica têm dificultado o funcionamento do projecto.

O Infosi explica que o projecto continua "em andamento, apesar da conjuntura actual do país provocada pela pandemia da covid-19 e a crise económica que se vive e que afecta directamente todos os sectores da vida social nacional e internacional".

O instituto assegura, no entanto, que o projecto tem funcionado "com normalidade", apesar dos "constrangimentos normais que derivam da utilização massiva das redes disponíveis", assim como os de "ordem técnica que vão surgindo e que têm sido prontamente corrigidos".

O Infosi destaca como um dos principais constrangimentos técnicos a energia eléctrica que foi um compromisso assumido por parceiros do projecto (munícipes), que têm encontrado dificuldade em garantir o fornecimento e isso faz com resulte "nos desligamentos constantes dos equipamentos dependentes daquele fornecimento". "É importante frisar que a identificação e instituição destes parceiros é uma característica dos projectos sociais desta natureza, pelo facto de que muitas das zonas que devem beneficiar-se dos serviços não juntarem todas as condições técnicas para o efeito, sendo o fornecimento de energia eléctrica fundamental para o pleno funcionamento do projecto".

O Infosi tem tido conhecimento da vandalização de alguns pontos, mas assegura que tem mantido a inspecção periódica e o controlo remoto. "É de nosso conhecimento a vandalização de alguns pontos públicos de acesso, o que nos entristece. Projectos dessa natureza só serão bem-sucedidos com a plena participação de todos".

PROJECTO PARA TODO PAÍS

O 'Angola Online' foi inaugurado a 30 de Agosto de 2014. É um projecto social e sem fins lucrativos. A ideia inicialmente era expandir a todo o país. Actualmente, 16 províncias têm pontos de acesso. Luanda é aquela que tem o maior número de pontos de distribuição. Zaire e Lunda-Norte ficaram de fora. Ao todo, são 125 pontos de acesso com excepção do Zaire e Lunda-Norte.

O projecto prevê que cada área ou ponto de acesso tenha capacidade de suportar 60 utilizadores, por cada duas horas, durante as 24 horas. Depois de terminado este tempo, o utilizador deixa de ter acesso para permitir a entrada de outros na rede.

O ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Manuel Homem, quando ainda era director director-geral do Centro Nacional das Tecnologias de Informação, revelou que o projecto dos 20 pontos em Luanda estava avaliado em aproximadamente 40 milhões de kwanzas. As 16 províncias poderiam ter até 130.368 utilizadores conectados em simultâneo.

Opiniões

A dívida social

Alves da Rocha,
Economista

A dívida pública é o centro da política económica e financeira do Governo, havendo que tudo fazer para a sua redução, significando pagá-la a quem a detém. Nada mais justo, embora se tenha de interrogar sobre os seus verdadeiros beneficiários, quando se constata uma constante pioria da situação social. Uma dívida pública, interna e externa, de mais de 135% do PIB, tinha de apresentar retornos positivos significativos. Mas não. É por isto que uma auditoria à dívida pública, em cuja amortização estamos todos envolvidos, se torna importante, em nome da transparência e do combate à impunidade (divisas políticas do actual Presidente da República).

Desemprego, falta de oportunidades, recessão económica, degradação ambiental e desigualdade de rendimentos resultaram na criação de um incrível exército de pobres (estimado em 45% da população total, correspondente a mais de 14 milhões de pessoas) relativamente a quem o Estado criou um verdadeira dívida social, seguramente mais elevada, em relação ao PIB, do que a dívida do Governo, contraída em nome do Estado, mas sem efeitos de retorno visíveis e consolidados. Esta dívida social, traduzida através do Índice de Miséria de Arthur Okun, é de responsabilidade do MPLA, no exercício da governação desde que nascemos como Nação independente. De que maneira ressarci-la? O actual modelo de ajustamento estrutural e de estabilização macroeconómica do Fundo Monetário Internacional (FMI) não é consentâneo com um ressarcimento com redução da desigualdade. Pelo contrário, no final da sua aplicação, mais pobres existirão e maior vai ser a desigualdade. O Programa Kwenda tem muitas limitações, em disponibilidade financeira e quantitativo populacional-alvo. Programas de ajustamento como o que está em curso são tremendamente a-sociais, relegando-se a vida das pessoas e as suas condições para planos de intervenção secundários ou terciários. Christine Lagarde, na parte final do seu mandato, reconheceu a natureza pouco social deste tipo de programas de ajustamento, nomeadamente em países africanos e menos desenvolvidos, e a recente directora-geral, Kristalina Georgieva, em alguns dos seus discursos defende uma renovação da filosofia de intervenção do FMI, tornando-a mais humana e menos economicista. Porque, no final, são as pessoas que fazem as economias, enquanto sujeito do seu funcionamento e objecto dos respectivos resultados. Detendo o FMI os melhores e dos mais brilhantes economistas do planeta, como é que ainda se não conceberam programas de intervenção mais amigos do desenvolvimento? O resultado destes desajustamentos é a dívida social devida aos mais pobres, gerados durante estes processos de equilibragem das economias. A população pobre de Angola tem sido abandonada à sua própria sorte e o resultado está meridianamente expresso nas estatísticas sociais do país, que nos envergonham. A população pobre é a que mais sofre com a violência e a desigualdade. É necessário reconhecer esta dívida social, provocada por opções de política económica mal desenhadas (continua a insistir-se no metro de superfície sem se fazerem estudos do conhecimento público) sobre o seu custo de oportunidade e a respectiva matriz custo-eficiência (custo-eficácia).

Esta dívida social, traduzida através do Índice de Miséria d e Arthur Okun, é de responsabilidade do MPLA, no exercício da governação desde que nascemos como Nação independente.

A desigualdade prevalecente em Angola é económica e social. E esta última é profunda e, mais grave, estrutural. O rompimento do seu círculo vicioso demanda por tempo. É tipicamente um círculo clássico dos países subdesenvolvidos e tão bem caracterizado, em tempos passados, por economistas como Raymond Barre, René Dumont, François Perroux, Mário Murteira, mais recentemente Simon Kuznets[1] e mesmo Anthony Atkinson. Trata-se, afinal, de uma reprodução alargada das condições de pobreza: em cada ciclo económico a pobreza não apenas se renova, mas amplia-se. Evidentemente que, para que o "kickoff" aconteça, tem de se estudar muito bem por onde começar, isto é, quais as políticas com maiores índices de eficácia e eficiência. A educação é uma delas, mas os seus efeitos positivos só aparecem a longo prazo, embora a médio termo se possam elencar alguns benefícios a favor do combate à pobreza e atenuação da desigualdade. A melhoria da saúde pode desencadear efeitos a curto prazo sobre a produtividade do trabalho ao diminuir a incidência do absentismo e recuperar energias.

Qualquer um destes sectores em Angola sofre de corrupção, desvio de fundos, desorganização, falta de qualidade dos serviços prestados, sendo discutível afectarem-se crescentemente maiores volumes de despesas orçamentais enquanto se não reorganizaremos Ministérios e respectivos departamentos e se não estripar a corrupção. Para mim, e sempre o afirmei, mais importante do que aumentar as verbas a si destinadas é melhorar a eficiência e eficácia na sua utilização. Tem-se depois a desigualdade económica, expressa pela diferença de rendimentos (trabalho qualificado/trabalho não qualificado, trabalho agrícola/trabalho industrial e no sector dos serviços, trabalho manual/trabalho intelectual), de acesso ao crédito bancário (ainda prevalecem situações em que o bilhete de identidade do MPLA abre e facilita as portas para a obtenção de empréstimos), de obtenção de facilidades de criação de negócios, etc. Daí que seja fundamental a despartidarização do Estado e das mentalidades. O MPLA tem de tomar a liderança deste processo porque é o responsável último pela criação de uma mentalidade partidária nas instituições públicas e privadas (desde o Partido único e a organização administrativa da economia e da sociedade).

A pobreza agravar-se-á até 2025. Com tanta pobreza, para quê investir no aumento da produção? Para se vender a quem?41 Este é o chamado círculo vicioso do empobrecimento. A acomodação (????) da pobreza a curto prazo depende da capacidade da economia transferir rendimento, mormente por intermédio do Estado (as vulgarmente conhecidas transferências para as famílias, directas – abonos de família, rendimentos sociais de inserção, bolsa-família e indirectas através da redução dos impostos impendentes sobre o rendimento do trabalho (impostos directos), como da tributação indirecta, que tem reflexos significativos sobre os preços finais dos produtos). O combate definitivo à pobreza só tem três caminhos: crescimento económico, geração de emprego e valorização do capital social na posse dos pobres (a educação e a formação profissional ajudam a melhorar os salários e, por esta via, a diminuir a pobreza monetária). Ou seja, criação de emprego qualificado, associado a bons índices de produtividade, viabilizadores da prática de altos salários.

[1]É conhecida a curva de Kuznets (o célebre U invertido) que relaciona a desigualdade como crescimento económico (medido através das taxas reais de variação do PIB por habitante), concluindo-se que nas suas primeiras etapas a desigualdade aumenta, sendo necessário um valor significativo do rendimento médio para que a sua distribuição se faça mais equitativamente.

E, indubitavelmente, a digitalização de processos exigirá o envolvimento e desenvolvimento do talento humano que é parte essencial de todo o processo.

Digitalização da contabilidade e processos fiscais

Daniela Mendonça
- TAX

Moises Lobato
- TAX

A digitalização e a automatização dos processos contabilísticos e fiscais potenciam a produtividade dos processos de consulta e acesso à documentação dentro das organizações. Presentemente, as empresas que aspiram ser uma referência em matéria de competitividade de mercado são forçadas a inovar e a estar em constante atualização tecnológica visando a diligência, rapidez e eficácia de processos, minimizando tarefas rotineiras e focando recursos em operações de maior valor acrescentado.

O avanço constante da tecnologia tem, de facto, proporcionado uma constante evolução materializada, por exemplo, em soluções de Robotics Process Automation (RPA), as quais, por exemplo, optimizam lançamentos contabilísticos, facilitam as reconciliações bancárias e de ficheiros SAF-T com a contabilidade, importam arquivos, assim como preenchem e submetem declarações fiscais.

A digitalização e automação de processos contabilísticos e fiscais traduzem-se, portanto, num conjunto de benefícios como o desenvolvimento na execução de tarefas em tempo útil, redução de custos e aumento de produtividade no acesso e comparação de dados, eficácia nos controlos, assertividade e rigor.

Através do crescimento exponencial da era tecnológica, será necessário procurar novas metodologias e tendências tornando-se imperativo reunir competências internas na administração, previsão e antevisão das necessidades em matéria contabilística e fiscal que sejam susceptíveis de serem respondidas com soluções tecnológicas.

Por outro lado, a pandemia global motivada pelo surgimento da SARS-CoV-2 (covid-19) obrigou a uma reestruturação mais acelerada na oferta de serviços online, no sentido de digitalizar diligências que, até então, eram maioritariamente tratadas a nível presencial. Exemplos da utilidade prática da digitalização em tempos de pandemia são a submissão de declarações ou a emissão de Documentos de Cobrança, sendo a criação e contínuo desenvolvimento do Portal do Contribuinte da Administração Geral Tributaria um exemplo bem-sucedido de como a digitalização de processos pode tornar mais eficientes e acessíveis o cumprimento das obrigações fiscais.

RESUMO

Em suma, a ilação a retirar de todo o processo de digitalização contabilístico e fiscal, dirige-se para um auxílio inestimável às empresas na procura de optimizar o trabalho e transfigurá-lo, convertendo-se em eficácia, celeridade e intelecção. E, indubitavelmente, a digitalização de processos exigirá o envolvimento e desenvolvimento do talento humano que é parte essencial de todo o processo.

Opiniões

E agora pergunto eu...

Geralda Embaló
Directora-Geral Adjunta

A semana que passou foi uma semana difícil para muitos presidentes... O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que já enfrentava pedidos de impeachment, foi colocado numa lista de predadores da imprensa, o ex-presidente da África do Sul Jacob Zuma foi preso, o presidente da 'nação Benfica' também foi preso, e menos sorte teve o presidente do Haiti, que foi assassinado em casa, segundo as autoridades, por um grupo de mercenários estrangeiros, ainda não se sabe bem a mando de que interesses... A marcar a actualidade mundial, como pano de fundo, esteve indestronável a cansativa pandemia que bem ao lado de Angola, na Namíbia, matou mais de 500 pessoas em menos de 15 dias, sendo bom lembrar que, na África do Sul, morreram já 60 mil pessoas devido à covid-19. Números que lembram, mais uma vez, que os sistemas de saúde de países mais bem posicionados que o nosso não aguentam a pressão exercida pela covid-19 e que o nosso tem de se preparar o melhor possível realisticamente... Porque, por exemplo, "Angola produzir vacinas", como foi sugerido pelo Governo, emocionado com uma cimeira lá fora, um país que, como li algures, "não consegue produzir iogurte em condições", é duvidoso e perigoso. Coisa das mesmas cabeças que entendem que o metro é solução atempada para uma cidade capital a rebentar pelas costuras, sem saneamento e sem capacidade de aguentar uma boa chuva. Só dessas cabeças pode sair o fabrico de vacinas com a complexidade das vacinas anti-covid-19, ainda em estudo em grande parte do mundo desenvolvido, e que mal temos a certeza de poder sequer conservar sem quebras de energia que lhes comprometam a eficácia. Essa preparação realista do sistema de saúde é instrumental porque o pior da pandemia poderá de facto ainda não ter passado apesar de o Governo ter aligeirado, esta semana, algumas das medidas que penalizavam mais a economia, como o fecho dos restaurantes aos fins-de-semana. Para além desta notícia, a nossa actualidade foi marcada pelos voos dos nossos governantes, com a nova governadora de Luanda a inaugurar o trabalho na província com um voo sobre a capital, que se compreende que prefira ver à distância, mas que será preciso ir ver bem de perto se quiser resolver seja o que for, e com o voo do PR até à província do Cunene. Voo que se conseguir mitigar a fome que por lá anda por mais de uma semana, já seria certamente um voo com resultados melhores do que os seus caríssimos, frequentes e pouco frutíferos voos para o exterior, que lhe valeram o título de 'presidente voador' e que, em termos de ganhos práticos para a economia, pouco produziram.

Sobre a visita presidencial, vale lembrar que, em 2019, o Presidente João Lourenço voou até ao Namibe, província onde a minha mãe nasceu, foi ao Curoca, onde tenho família, ao Tômbua e testemunhou, querido leitor, a seca e a fome na região que já sofria três anos de seca. Em fevereiro de 2019, o governo provincial do Cunene já falava em calamidade, com o gado a morrer por causa dessa seca e em mais de 175 mil famílias afectadas por altura da visita de João Lourenço. Naquela altura, o administrador do Tômbua falava à imprensa, dizendo que acreditava nos resultados positivos da visita do Presidente da República, e que acreditava que o problema da seca poderia ser resolvido, aproveitando o rio Cunene... Em 2019...

Postos em 2021, e juntando uma pandemia à competência especial dos nossos governantes, que foram, por exemplo, capazes de aceitar gado vindo do Chade como pagamento de divida, tendo conhecimento de que já estava moribundo para vir morrer em Angola, como o VALOR ECONÓMICO reportava recentemente, e agora pergunto eu, o que é que o Governo tem para mostrar de trabalho feito de lá para cá contra a seca? De trabalho contra a fome?

A sensibilidade das pessoas que estão na região e contam o que vêem é a de que nem durante a guerra se passou tanta fome e miséria na região e no país. Pergunto-me o que sentem os governantes quando olham para as imagens das crianças de barrigas inchadas e ossos expostos que se multiplicam? Como é que as dissociam da sua actividade governativa? Será sonhando com metros, aeroportos, e satélites que os elevem até ao espaço? Serão esses voos que os impedem de pôr o pé no chão e agir e governar para as pessoas? Essas que existem agora e que têm a vida por um fio?

O 'Novo Jornal', pela pena da excelente jornalista Teresa Fukiady, escrevia que a organização internacional Save the Children mudou a posição de Angola no ranking 'dos piores países para se ser criança', de 166 para 175, a capa do mesmo jornal lembrava ainda que seis em cada 10 pessoas em Angola não têm água, e o 'Expansão' dizia que, só no ano passado, o país perdeu 537 mil postos de trabalho formais – a tal promessa dos 500 mil empregos que devemos ter percebido ao contrário... Pergunto-me o que sente um governo, a meses do fim de mandato, com este cenário de horror nos indicadores mais importantes da vida de um país? Aumento do desemprego, aumento da inflação, aumento das doenças filhas da falta de saneamento, aumento da fome da fome das crianças? O que sentirá um presidente que, em 2019, visitou o Sul do país e constatou a fome, agora, depois de mais dois anos do seu governo e em final de mandato ao ver que essa fome só piorou? Sentirá alguma coisa além, talvez, de vontade de entrar no avião e voar para longe? Com esperança de que tantos voos se traduzam em resultados positivos – em terra – querido leitor, marcamos encontro para próxima aqui e na sua Rádio Essencial.

Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Edição 266 **Likes** 1.035 **Partilhas** 53

A última edição do Valor Económico chegou a perto de 250 mil internautas e mais de 15 mil interacções entre emoções, e partilhas sendo o tema mais comentado também a principal manchete da capa: o eventual retorno do banqueiro Álvaro Sobrinho ao Banco Económico, antigo BESA, que o governador José Massano assume ponderar.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários

Carlosfigueira André
Eu só não entendo e não consigo perceber como é que o PR mantém ainda este senhor como presidente do BNA, mesmo com tantos escândalos que o envolvem em torno de roubos e desvios na banca nacional!?? Algo não bate certo...!!!

Morais Macedo
Os bons gatunos voltam à casa. O cúmulo da ignorância política angolana, sempre foi o melhor desafio Álvaro Gatuno Sobrinho!

Man Di Nho Durão
Eis o maior acionista da Sporting SAD roubou em Angola como Angolano, fugiu prá Tuga como Português, com problemas com a justiça Tuga regressou como Angolano e vive normalmente. Ñ me estranha se vier a ser o novo Ministro das Finanças ou Governador do BNA tudo é possível nesta Angola

Joao Costa
Man Di Nho Durão muitas malas vazias na fila...

Marlon Silva
MPLAssociação de malfeitores.

Custódio Albino
Mais? Assim querem falir mais o banco e depois voltarem a capitalizar?

Elsa Couto Cabral
Falta darem-lhe um prêmio e agradecer por ter roubado

Maurice Gabriel Mauro
Os gatunos de Angola já não mudam.

Gestor Dosamjos Domingos Cassua
Para mim não difere nada, porque BE é cachupa e BESA kanjica. Os dois entram feijão e milho, mas esses caras como são craques em corrupção, estão a servir cachupa para enganar o povão que há muito despertou.
É só na banca que pode investir? Porque não investe no interior, particularmente na agricultura?

Manuel Fortuna
Me parece que o angolano ainda não entendeu que a História é uma ciência, ela tem com um dos seus vários objectivos trazer lições com os erros do passados mas aqui tudo se repete e nós nunca aprendemos

Marcos Dos Santos
Grande gatuno

Estefânio Da Costä
A estrutura do Banco econômico é a mesma que foi a do BESA, logo isso iria de acontecer.

Bunga João Mambó
Mais um marimbondão deixa cai tudo mana deixa cai tudo mana deixa caí tudo

Valdemiro Januario
Se ele não entrar pelas pernas dele vai entrar com a testa de alguém.

Isaac Fusso
Mais um gatuno volta, mais será acionista, só em Angola

Angelina Da Silva
Isaac Fusso o nosso Governo brinca com o Povo

Nelson Moisés Kalitangue
Não é o que fugiu da tuga para não ser preso?

Covid-19

ANTES DE 2023

UE afirma que mundo não irá superar a pandemia

O chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell, disse que "o mundo como um todo" não vai superar a pandemia antes de 2023, embora a Europa esteja já "a sair do túnel".

A Europa está a "sair do túnel", mas a situação ainda é difícil na América do Sul, África e Índia, disse Borrel.

"O mundo como um todo não vai superar o vírus até 2023. Perante nós está uma longa luta contra a pandemia", afirmou, de acordo com a televisão pública croata HRT, no XIV Fórum de Dubrovnik, dedicado ao impacto da pandemia nas relações geoestratégicas e na economia global.

Borrell dirigia-se aos ministros dos Negócios Estrangeiros de dez países da Europa Central e dos Balcãs – Albânia, Croácia, República Checa, Eslováquia, Eslovénia, Grécia, Letónia, Macedónia do Norte, Malta e Montenegro – e outros diplomatas.

O alto representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros considerou que a pandemia de covid-19 vai deixar um mundo diferente, mais digital e com novas desigualdades.

"Todos estamos cientes das consequências futuras, mas também da solução para a crise provocada pela pandemia, que é a vacinação", disse.

Borrell defendeu a doação de vacinas a países pobres para impulsionar o desenvolvimento económico, bloqueado pela pandemia, lembrando os alertas da ONU de que a falta de remédios em algumas regiões significará diferenças na recuperação e mais instabilidade no mundo.

A este respeito, mencionou as doações europeias para o mecanismo global COVAX, uma plataforma de vacinação promovida pela Organização Mundial de Saúde.

Borrell acusou a Rússia e a China de promoverem "diplomacia de vacinas" para reforçar os seus interesses no mundo e alertou que a UE deve "estar ciente disso e agir de acordo com a situação".

Indicou que, sobretudo, a influência da China no mundo é crescente e que a cooperação é "cada vez mais difícil" com Pequim, embora tenha defendido o entendimento devido à importância do país asiático.

"Até 25% do crescimento económico global este ano vem da China", alertou.

Borrell considerou que a competição entre a China e os Estados Unidos moldará o mundo nas próximas décadas e que a UE deve traçar o seu caminho "olhando através de suas próprias lentes".

"Com os Estados Unidos compartilhamos a história, o sistema político e económico. Estaremos sempre próximos de Washington, mas devemos olhar para o mundo com os nossos interesses em mente", disse Borrell, acrescentando que o diálogo da UE com o governo do presidente Joe Biden na China é "positivo e construtivo".

RESIDENTES EM FRANÇA

Tunisinos chamados a apoiar sistema de saúde

A Tunísia lançou um apelo à sua diáspora em França para que contribua com doações para apoiar o sistema de saúde do seu país, muito afectado pela pandemia do novo coronavírus.

"A embaixada da Tunísia em França exorta os tunisinos residentes em França a contribuir activamente no apoio aos estabelecimentos de saúde na Tunísia através de doações em espécie – equipamento e material médico e paramédico – ou em dinheiro", indica na sua página na rede social Facebook, acrescentando uma lista de equipamento em falta.

Na quinta-feira, a porta-voz do Ministério da Saúde tunisino evocou o "colapso" do sistema de saúde, considerando a situação sanitária "catastrófica" devido a um número recorde de infecções de covid-19 nas últimas semanas.

A embaixada precisa que organizará a operação de recolha e encaminhamento das doações para a Tunísia "o mais rapidamente possível, com a opção de fretar um avião especial para o efeito", sublinhando que a sociedade civil tunisina em França "sempre esteve presente ao lado dos tunisinos".

SEGURANÇA ALIMENTAR

Portugal suspende 29 estabelecimentos

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), de Portugal anunciou a suspensão da actividade de 29 estabelecimentos e instaurado 60 processos de contra ordenação numa noite, numa operação para fiscalizar as regras de combate à covid-19.

Em comunicado, a ASAE informa que a operação foi direccionada "para zonas onde se localizam estabelecimentos de restauração e bebidas e espaços de diversão nocturna, tendo como principal objectivo fiscalizar o cumprimento das regras aplicáveis no actual contexto da pandemia".

Na acção, que decorreu em Vila Moura, Faro, Porto, Bragança e Coimbra, "foram fiscalizados 96 operadores económicos, tendo sido instaurados 60 processos de contra ordenação, 19 dos quais a clientes dos estabelecimentos". As principais infracções foram, entre outras, "o incumprimento das regras de consumo de bebidas alcoólicas após as 21:00, a inobservância das regras de ocupação, lotação, permanência e distanciamento físico, a falta de observância das regras de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e similares" e "a falta de observância do dever de encerramento dos estabelecimentos".

"Foi ainda determinada a suspensão imediata de actividade de 29 estabelecimentos por não cumprimento das regras definidas para o actual contexto de pandemia", acrescenta o comunicado, explicando que a operação contou com a colaboração da GNR e PSP.

A PORTUGUESA IMMUNETHEP anunciou, em comunicado citado pela Lusa, esta terça-feira que os ensaios não clínicos da sua vacina contra o coronavírus já terminaram e demonstraram "uma elevada segurança e eficácia" numa infecção letal por SARS-CoV-2.

DEFENDE ESPECIALISTA MEXICANO

Morcegos não estão na origem do SARS-CoV-2

O biólogo mexicano especializado em morcegos Rodrigo Medellin contesta a hipótese de terem sido estes mamíferos a passar aos seres humanos o coronavírus SARS--CoV-2, argumentando que, apesar de disseminada, não existem provas que a sustentem.

Em entrevista à agência de notícias portuguesa Lusa à margem da Cimeira Global da Exploração, em Ponta Delgada, o ecologista da Universidade Autónoma do México afirmou que apontar os morcegos como origem do vírus carece de fundamentação para além de o SARS-CoV-2 ter semelhanças genéticas com um outro coronavírus encontrado nestes animais na China. "Mesmo que o coronavírus encontrado num morcego na China partilhe 96% do seu genoma com o SARS-CoV-2, isso não o prova. É como dizer que, como os humanos partilham 99% do seu genoma com os chimpanzés, somos descendentes uns dos outros. Não é verdade", argumentou.

O que é factual, referiu, é que "humanos e chimpanzés partilham antepassados comuns, tal como muitas outras espécies e é exactamente o mesmo processo dos coronavírus".

Além disso, "mesmo que um 'cientista louco' quisesse pegar no coronavírus descoberto nos morcegos e colocá-lo num ser humano, a proteína [que rodeia o vírus] que usa para se ligar às células não é compatível com a membrana das células humanas", acrescentou.

Salientou que "os coronavírus estão presentes em morcegos, pássaros, primatas e muitos outros animais". "De cerca de 300 coronavírus conhecidos, só sete afectam os seres humanos. Desses sete, quatro provocam as constipações comuns e três deles podem afectar gravemente o corpo": além do que provoca a covid-19, o que causa a síndrome respiratória aguda grave (SARS) e a síndrome respiratória do Médio Oriente (MERS).

"E SARS e MERS não têm nenhuma ligação com os morcegos", frisou Rodrigo Medellin, que colidera o grupo dedicado aos morcegos na União Internacional para a Conservação da Natureza.

Medellin defende que é preciso investigar a hipótese de que o SARS-CoV-2 possa resultar da manipulação de um vírus em laboratório, nomeadamente o Instituto de Virologia de Wuhan, a cidade onde foram detectados os primeiros casos. Os cientistas que propõem essa hipótese defendem que tem que ser investigada para tirar a limpo se houve ou não uma fuga involuntária de um vírus que estivesse a ser estudado nesse laboratório, algo que a China nega.

ACTUALIZAÇÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE

Comércio de bens e serviços com mais duas horas

O Governo aligeirou algumas medidas de prevenção e combate à covid-19, na actualização do Estado de Calamidade, entre elas, a alteração do horário de comércio, mas mantém a cerca sanitária a Luanda.

As novas medidas vão vigorar durante 30 dias. O comércio de bens e serviços para Luanda pode funcionar das 7h às 20h, contrariamente às 18h do antigo decreto.

A presença da força de trabalho nestes estabelecimentos pode chegar até aos 75%. Os restaurantes e similares vão voltar a funcionar, todos os dias, das 6h às 22h, em todo o país. Está proibida a criação de pistas de dança nestes espaços.

A força de nos serviços públicos e privados passa a estar uniformizada pelo país. Já se pode trabalhar com 75% da força de trabalho.

Os cinemas em Luanda vão reabrir e poderão funcionar até às 22h.

Luanda continua sob cerca sanitária. Na capital, as restrições incluem a proibição da saída e entrada sem autorização, com a excepção para quem esteja em missão de serviço, devidamente credenciado, comerciantes com bens e serviços, transporte de doentes ou transladação de cadáveres.

Praias e piscinas continuam interditadas. As medidas foram anunciadas pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Adão de Almeida.

EM 2022

Rio de Janeiro confirma Carnaval

O Rio de Janeiro voltará a comemorar o Carnaval em Fevereiro de 2022, após o cancelamento da edição desde ano devido à covid-19, informou a Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa) daquela região brasileira.

"Teremos Carnaval em Fevereiro de 2022!!! Contrato devidamente assinado entre a Liesa, prefeitura do Rio de Janeiro e Riotur [empresa de turismo do município]. (...) Salve o Samba", escreveu na rede social Instagram o director de marketing da Liesa, Gabriel Oliveira David.

O contrato foi firmado e concede a utilização do Sambódromo do Rio de Janeiro para a realização dos desfiles das Escolas de Samba do Grupo Especial pelos próximos quatro anos.

"Além de cumprir promessa de campanha, de apoio irrestrito ao trabalho desempenhado pelas Agremiações e da importância do evento para o cenário económico, social e cultural do município, do Estado e, num sentido mais amplo, do próprio país, o prefeito Eduardo Paes foi além. Pela primeira vez, o contrato tem a duração de quatro anos – até então, a renovação era feita anualmente", anunciou a Liesa.

A cerimónia de assinatura foi realizada na Cidade das Artes, na Barra da Tijuca, entre a presidente da Riotur, Daniela Maia, e o presidente da Liesa, Jorge Perlingeiro, que celebrou o momento. "O contrato já está assinado e garante-nos a confiança necessária para nos esmerarmos na organização dos próximos quatro Carnavais, começando pelo de 2022, cujos desfiles acontecerão nos dias 27 e 28 de Fevereiro e 04 de Março", explicou Perlingeiro.

EM ÁFRICA

Aumento das infeções prejudica 'rating'

A agência de notação financeira Fitch Ratings considerou que o aumento das infecções de covid-19 em África prejudica a análise do continente do ponto de vista da qualidade do crédito soberano até, pelo menos, 2022.

"Uma nova onda de infecções de covid-19 em vários países africanos, exacerbada pela variante Delta, aumentou o risco de reveses económicos para análise da qualidade do crédito em África, e o progresso lento na distribuição de vacinas vai persistir pelo menos até 2022", lê-se numa análise da Fitch Ratings.

No comentário sobre o impacto da pandemia nos países africanos, enviado aos clientes, os analistas desta agência de rating detida pelos mesmos donos da consultora Fitch Solutions escrevem que "os governos do continente deverão continuar a evitar impor um confinamento generalizado, mas as medidas de contenção, como o fecho de bares e restaurantes que existe na África do Sul desde 28 de Junho, podem acontecer em vários países".

A capacidade de impor restrições mais duras "é fraca na região e as restrições são impopulares", apontam os analistas.

Marcas & Estilos

Tradições únicas

Um lenço quadrado com um padrão de listras tradicional numa bela seda leve, mas quente. É um excelente trabalho da Tie Dye Square, grande o suficiente para armar ou amarrar perfeitamente de maneiras infinitas. Cada peça é tingida à mão, tornando-as únicas.

Equilíbrio em tudo

A tigela da Marble Nut está à beira da modernidade ousada e do artesanato. Feita de mármore italiano e metal prateado usinado com precisão, o tamanho é perfeito para apresentar os seus petiscos doces ou salgados favoritos.

AUTOMÓVEL

Outros conceitos

BAT 5, BAT 7 e BAT 9 representam a trilogia italiana de inovação, atractividade e beleza. Considerados uma das séries de carros de coleccionador mais míticas e valiosas do mundo, os Alfa Romeo foram concebidos na década de 1950, no auge do 'boom' do pós-guerra na Itália. O produto dos esforços colaborativos do fabricante de carroçarias Bertone e do designer Franco Scaglion, mostra a fascinante criatividade de vanguarda e habilidade artística.

Olhando para os três automóveis, é imediatamente óbvio que suas linhas elegantes não nasceram de convenção, mas de progressão. Em 1950, O projecto carregava o nome de 'Berlina Aerodinamica Tecnica – BAT.

Scaglione produziu uma série de designs marcantes que exploraram a eficiência aerodinâmica por meio do design. O menor coeficiente de arrasto dos três carros foi de 0,19, uma grande conquista, mesmo para os padrões actuais. Os carros conquistaram o mundo. Até hoje, permanecem totalmente funcionais – algo que não pode ser dito de outros conceitos.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 21 DE JULHO
Curso de negociação entre as 18h30 e as 20h00, às segundas, quartas e sextas-feiras. Para mais informações, 930 416 034

23 E 24 DE JULHO
Segunda conferência nacional sobre Marketing Político e Eleitoral, na Mediateca de Luanda, entre as 10h00 e as 15h00. Mais informações pelo 935 522 505.

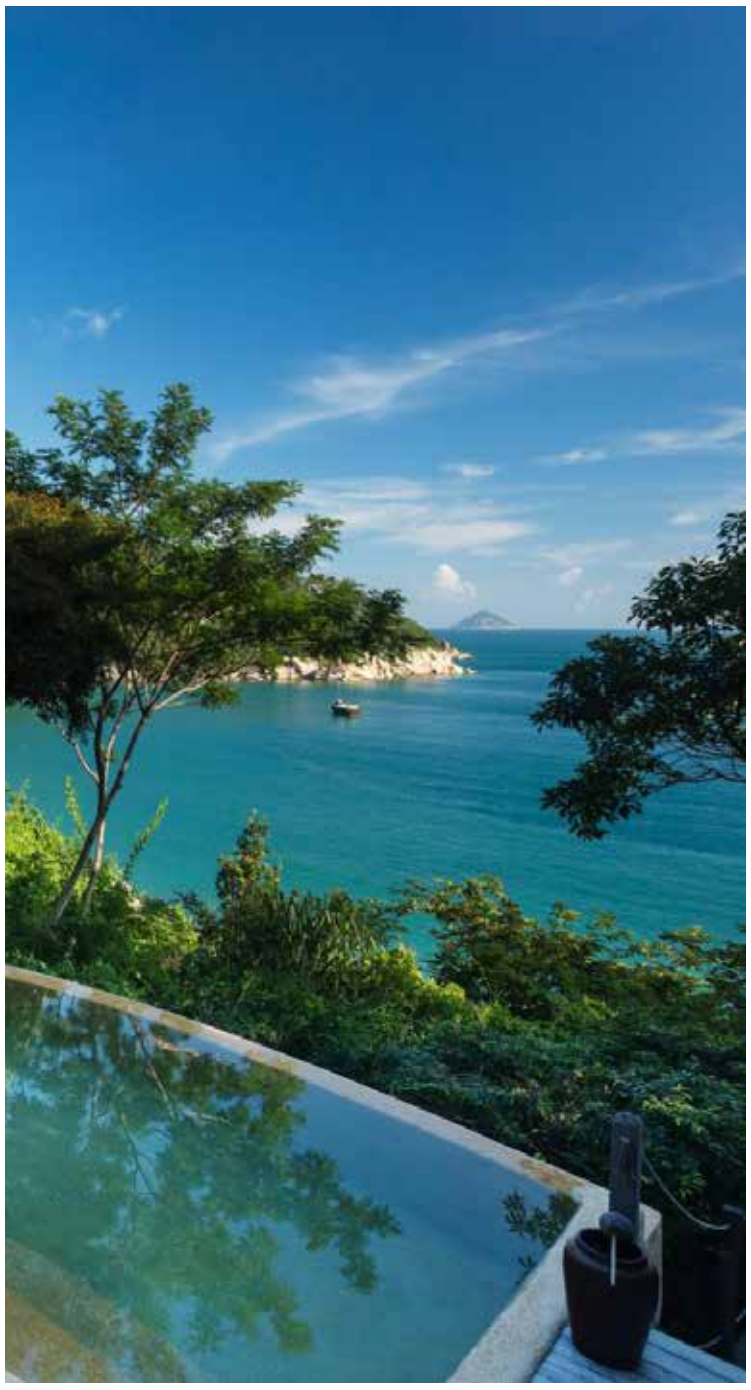
26 E 30 DE JULHO
Segunda edição do Angola Innovation Summit, em formato 100 por cento digital com 15 oradores de Angola, Portugal, EUA, Nigéria, Geórgia, Reino Unido e Serra Leoa.

DE 9 A 30 DE JULHO
Artista Evan Clever apresenta, na Galeria Tamar Golan, a exposição Boa Noite às coisas de aqui em baixo'. Mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00, na galeria de arte contemporânea da Fundação Arte e Cultura.

LIVROS

APRENDA AQUI a compreender o briefing de um projecto editorial, metodologias de trabalho, como fazer escolhas técnicas de especificações tipográficas, como utilizar grids e estilos, integrar imagens e ilustrações aos projectos, criar capas.

O ENSINO DA FILOSOFIA tem sofrido de uma incompreensão fundamental da natureza da própria filosofia. Por um lado, afirma-se que a filosofia é "o lugar crítico da razão"; mas a prática real do ensino e do estudo da filosofia



TURISMO

Um sonho insular

O Six Senses Ninh Van Bay foi inaugurado em 2004 e é considerado um dos resorts mais luxuosos do Vietname, além de uma vanguarda em luxo sustentável.
Acessível apenas por barco, 51 vilas de madeira com telhado de palha estão espalhadas pela península rochosa e repleta de palmeiras. Estas estão localizadas no alto das colinas, gravadas nas rochas ou no nível do solo, com acesso directo à dramática baía que abraça o resort. A Water Villa foi anteriormente nomeada o 'quarto de hotel mais sexy do mundo' no Smith Awards, e possui uma piscina de imersão privada e uma escada que oferece acesso instantâneo ao mar. Cada vila tem a própria piscina e mordomo dedicado, garantindo total privacidade. Interiores contemporâneos e naturais complementam a paisagem da ilha – todas as paredes caiadas de branco, acessórios de bambu, móveis elegantes e luxuosos lençóis brancos. Os WC parecem uma boutique, com detalhes em madeira aconchegantes e banheiras de madeira que implora para sere afundada.

Ambiente

AMAZÓNIA BRASILEIRA

Desflorestação cresce 17,1% no primeiro semestre

A desflorestação da Amazónia no Brasil no primeiro semestre do ano atingiu 3.609 quilómetros quadrados, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), uma subida de 17,1% face ao mesmo período do ano passado.

De acordo com a instituição, esse é o maior índice de devastação registado neste período na maior floresta tropical do planeta localizada em território brasileiro desde 2016, quando a série histórica começou a ser medida pelo INPE.

Só em Junho, a amazónia brasileira perdeu 1.062 quilómetros quadrados de vegetação nativa, 19% mais que no mesmo mês do ano passado, e foi o quarto recorde mensal consecutivo de extracção madeireira no ecossistema.

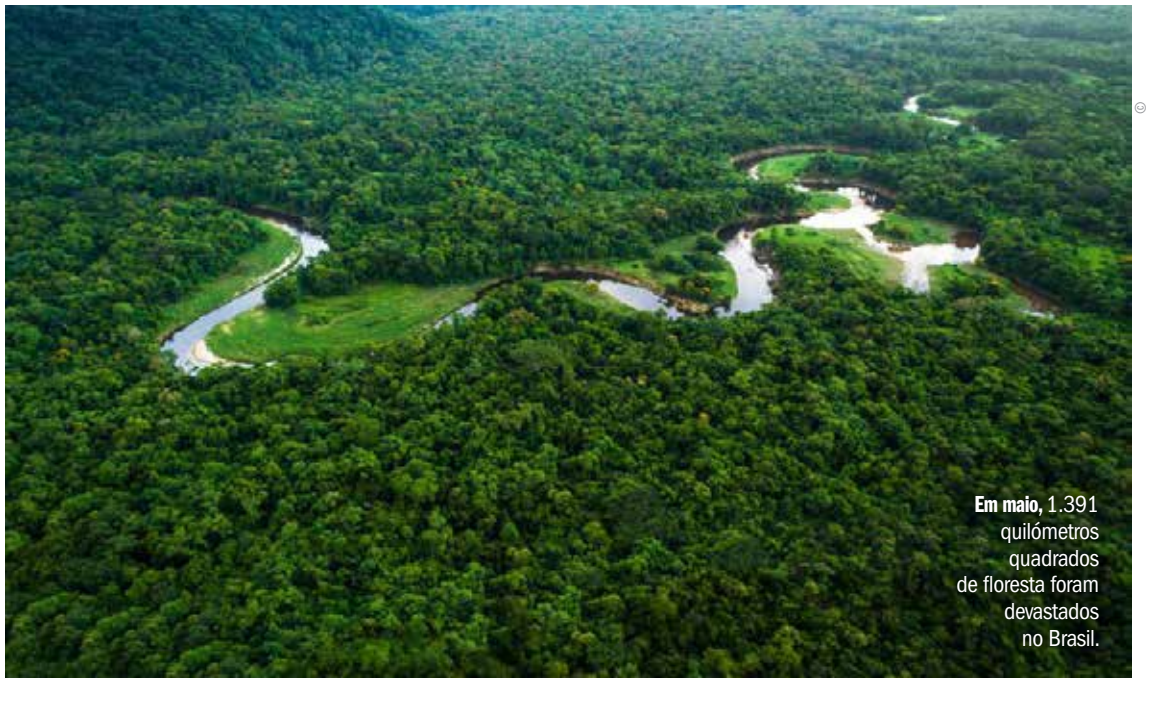
MEMORIZE

A Amazónia é a maior floresta tropical do mundo e possui a maior biodiversidade numa área com cerca de 5,5 milhões de kms quadrados e inclui territórios do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Em Maio, 1.391 quilómetros quadrados de floresta foram devastados no Brasil, 580,55 quilómetros quadrados em Abril e 367,6 quilómetros quadrados em Março. Os dados foram captados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento na Amazónia Legal em Tempo Real (Deter) mantido pelo INPE que, a partir de imagens de satélite, oferece alertas antecipados sobre as áreas que estão a ser destruídas na floresta.

O Observatório do Clima, rede que reúne cinquenta ONG, entre as quais Greenpeace ou WWF, destacou que os números são preocupantes e que a desflorestação na Amazónia pode mais uma vez bater um novo recorde neste ano.

A Amazónia é a maior floresta tropical do mundo e possui a maior biodiversidade registada numa área do planeta, com cerca de 5,5 milhões de quilómetros quadrados e inclui territórios do Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (pertencente à França).



Em maio, 1.391 quilómetros quadrados de floresta foram devastados no Brasil.

NA CHINA

Panda já não é uma espécie em perigo

A China declarou recentemente que o número de pandas selvagens atingiu os 1.800 exemplares no país asiático, pelo que deixou de ser uma espécie "em perigo" para se tornar "vulnerável".

Segundo o Departamento de Protecção Ecológica do Ministério da Ecologia e Meio Ambiente, as "condições de vida de algumas espécies raras foram melhoradas", como os ursos panda ou os antílopes tibetanos. O nível "vulnerável" é o quinto na escala de espécies ameaçadas de extinção.

Há igualmente o aumento da população de outras espécies ameaçadas de extinção, como tigres e leopardos siberianos ou os íbis japoneses. O Fundo Mundial para a Natureza ajustou já o estatuto de ameaça dos pandas, em 2016, para "vulnerável" e declarou que existem 1.864 espécimes no mundo.

O habitat natural dos plantígrados está limitado, de acordo com aquela organização, a seis áreas montanhosas espalhadas por três províncias chinesas.

DO CAZAQUISTÃO

Mais um antílope em vias de extinção

Os antílopes da espécie saiga, nativos do Cazaquistão, foram considerados em perigo de extinção, integrando a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza, mas podem estar a recuperar.

Na década de 1950 havia dois milhões de animais dessa espécie, número que desceu drasticamente no ano de 2000 para 50 mil, consequência da agricultura, que resulta na destruição do seu habitat, e da caça ilegal. Já em 2015, houve um decréscimo significativo da sua população de saigas causado por um surto da bactéria pasteurella multocida, que levou à morte de cerca 200 mil animais.

O número destes animais, no entanto, começou a crescer, passando de 334 mil para 842 mil nos dois últimos anos, um aumento relacionado com as medidas de conservação aplicadas, como a proibição governamental de caça furtiva e trabalhos de conservação locais e internacionais.

Os antílopes saiga "dão à luz gémeos todos os anos, o que confere um alto potencial para a recuperação da espécie". Ainda assim, o habitat natural desta espécie continua ameaçado pelo homem e nada garante que não possa vir a existir outra epizootia (surto que ataca diversos animais ao mesmo tempo, numa região).

Educação & Tecnologia

Huawei demonstra capacidades inovadoras na MWC e lança um pacote de soluções 5G

PUBLICIDADE. Luanda 09 de Julho de 2021 - A Huawei destacou as suas capacidades inovadoras, conquistando vários prémios no Mobile World Congress (MWC) deste ano, que ocorreu em Barcelona e online de 28 de Junho a 01 de Julho. A maior exposição do mundo para a indústria móvel, o Mobile World Congress desempenha um papel crucial na definição da estratégia para o espaço ao longo do próximo ano.

A Huawei tem desempenhado um papel central na MWC há algum tempo e a edição de 2021 não foi excepção. Falando no evento, Ryan Ding, Presidente do Carrier Business Group da Huawei, destacou que o 5G - área em que a Huawei é um player líder - já está a demonstrar o seu potencial em vários mercados, mas acrescentou que ainda há espaço para mais inovação.

Ding apontou o progresso da tecnologia 5G na China e na Coreia do Sul, onde a pesquisa da Huawei mostrou que o lançamento já é 20 vezes mais rápido que o 4G, com assinantes que chegam a 390 milhões, no seu mercado doméstico.

Entre 2021 e 2025, Ding acrescentou que a combinação de TIC e infraestrutura digital 5G impulsionará o crescimento económico de € 1,9 milhar de milhão na China e € 130 mil milhões na Coreia do Sul, números que provam que as operadoras estão a tornar-se motores para as economias nacionais.

"Ainda precisamos de inovação 5G contínua, ainda precisamos de expandir o nosso sistema, de coordenar os padrões de telecomunicações e integrar 5G no nosso processo de produção principal", ele afirma. "A inovação 5G é um processo ininterrupto e este é apenas o começo."

O evento também viu a Huawei lançar uma série de produtos e soluções 5G para promover a tecnologia de múltiplas antenas para todas as bandas e todos os cenários, visando construir redes 5G centrais.

Impulsionados pela inovação líder da indústria, estes produtos e soluções recém-lançados são todos únicos no seu modelo. Eles incluem o mais leve MIMO 64T64R maciço da indústria, BladeAAU Pro, a única solução 64T A + P da indústria, BladeRRU Pro, a única unidade RF da indústria que suporta três bandas baixas e três médias e o único FDD comercial MIMO maciço da indústria.

Yang Chaobin, presidente da linha de produtos wireless da Huawei, disse: "O nosso objectivo é apoiar as operadoras na implantação eficiente de redes 5G e fornecer experiência de primeira linha. A Huawei trabalhará com parceiros globais para inovar e compartilhar os benefícios 5G com todos."

A proeza 5G da Huawei ganhou vários prémios, incluindo o de 'Melhor Infraestrutura de Rede Móvel' no Global Mobile (GLOMO) Awards para o seu produto BladeAAU. A Huawei lançou o primeiro produto BladeAAU da indústria em 2019 para ajudar as operadoras a superar os desafios de implantação relacionados com o espaço insuficiente da antena.

Os juízes disseram o seguinte sobre a série Huawei para BladeAAU: "Destaca-se como um capacitador vital para as operadoras que implementam 5G, garantindo suporte para o espectro comercialmente importante nos próximos anos."

A HUAWEI TAMBÉM GANHOU PRÉMIOS POR:

· Solução de telemedicina 5G vence a melhor inovação da GSMA GLOMO para resposta e recuperação da pandemia da COVID-19 ' *https://www.huawei.com/en/news/2021/6/mwc2021-best-innovation-award*

· Solução Huawei RuralStar Pro premiada como "Melhor Inovação Móvel para Mercados Emergentes" da GSMA GLOMO *https://www.huawei.com/en/news/2021/6/mwc2021-ruralstar--glomo-award*

· Rainforest Connection e o projecto "Nature Guardian" da Huawei ganham GSMA GLOMO por excelente contribuição móvel para os ODS da ONU *https://www.huawei.com/en/news/2021/6/tech4all-nature-guardian-glomo*

A ANGONABEIRO, representante da Delta Cafés, realiza de 12 de julho à 15 de Agosto, um programa de apoio à restauração com a oferta de 100 milhões de kwanzas em produtos, na compra de café. Para se habilitar, segundo o comunicado da empresa, os cafés, pastelarias, bares e restaurantes devem comprar pelo menos 10 quilos de café em grão.

PUBLICIDADE

Promasidor lança o primeiro chá embalado no país

A promasidor Angola lançou, nesta quinta-feira, no mercado angolano, o primeiro chá embalado no país, oriundo da Camellis Sinesis do Quénia, com uma qualidade premium .

Segundo o comunicado a que o Notícias de Angola teve acesso, o chá denominado "Top Tea", é uma grande aposta da Promasidor Angola e um produto inovador.

Por isso , acrescenta o comunicado do grupo empresarial, a embalagem usada sela perfeitamente as saquetas, preservando assim a frescura e o aroma das folhas de chá, usando tecnologia que cumpre os controlos de produção rigorosos da empresa.

"Os nossos produtos regem-se pela qualidade, acessibilidade e praticidade de manuseio, mas acima de tudo primamos pela segurança alimentar. Por isso, o Top Tea vem em saquetas plásticas seladas, que contêm duas bolsas individuais de chá. Isto protege melhor o produto e torna-o mais seguro para o consumo", acrescenta o documento.

O chá é uma das bebidas mais consumidas no mundo, feito a partir da infusão de folhas processadas da Camellia Sinesis, que se cultiva em mais de 30 países.

A Promasidor é a empresa líder africana de produtos alimentares e bebidas e serve mais de 850 milhões de pessoas em mais de 30 países do continente.

Presente em Angola há mais de 20 anos, a Promasidor foi o segundo projecto de investimento privado estrangeiro no país e conta com cerca de 200 colaboradores directos.

AMAZÓNIA BRASILEIRA

Vencedores do BFA Solidários recebem prémios

O Banco Fomento Angola anunciou, na semana passada, os vencedores da 3ª edição do BFA Solidário, programa de responsabilidade social da instituição bancária lançado em 2018.

Para cada uma das três categorias foram premiados três projectos, sendo que os primeiros classificados receberam um premio de 30 milhões cada um, enquanto os segundos receberam 20 milhões de kwanzas.

Na categoria 'Educação', o vencedor foi a paróquia Santo Estevão, enquanto a Igreja Baptista mereceu a escolha dos júris para a segunda posição. Já na categoria 'Saúde', a Fundação Cuerama do Kwanza-Sul recebeu o prémio da primeira posição, ficando na segunda o projecto Kimbo Lombuembua.

A 'Inclusão Financeira' é a terceira categoria do programa, cujo objectivo é apoiar financeiramente actividades e projectos estratégicos de organizações que trabalhem em prol de crianças e jovens. Nesta categoria o 'Ministério Programa Criança Feliz' foi o grande vencedor, seguindo-se a associação 'Não Há Órfão de Deus'.

Assim como nos anos anteriores, o prémio global está avaliado em 225 milhões de kwanzas, distribuídos para os 12 vendedores. Os terceiros vencedores receberam cada um 15 milhões e os quartos classificados, 10 milhões de kwanzas cada.

Segundo as regras do programa, o valor do prémio não será atribuído de forma automática, e não pode exceder 90% do orçamento do projecto submetido a concurso.

MEMORIZE

Assim como nos anos anteriores, o prémio global está avaliado em 225 milhões de kwanzas, distribuídos para os 12 vendedores. Os terceiros recebem 15 milhões cada um.

NÚMEROS DA SEMANA

200

Mil barris de petróleo, previsão de produção diária para a refinaria do Lobito, segundo o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo.

6,9

Mil milhões kz dívida da rede de lojas Kero aos fornecedores, segundo o Igape, no lançamento do concurso de privatização da rede.

10

Projectos que foram aprovados nos primeiros seis meses deste ano, na Zona Económica Especial, segundo o PCA desta entidade, António Henriques da Silva.

900

Agentes Municipais de Apoio à Produção e à Economia (Amape) que foram formados no âmbito do Prodesi.

RELATÓRIO DA ERNST & YOUNG GLOBAL

Em Angola detentores de cargo de chefia são os mais corruptos

Detentores de cargos de chefia das organizações angolanas são os mais propensos a sacrificar a integridade em troca de ganhos financeiros a curto prazo, de acordo com 25% dos 51 executivos que a participaram no estudo realizado pela Ernst & Young Global. A proporção sobe para 37%, se incluídos colaboradores com cargos de gestão.

"Os colaboradores seniores são mais propensos a justificarem comportamentos antiéticos, a ignorarem condutas antiéticas na sua equipa, a enganarem entidades externas como auditores ou reguladores e a oferecerem ou aceitarem subornos de modo a impulsionarem a progressão das suas carreiras ou as suas remunerações", refere o designado relatório de integridade 2021 Angola.

No estudo, a Ernst & Young Global identifica dois problemas. O primeiro é relacionado com o facto de existir uma percentagem significativa de participantes que refere continuar a sentir medo de denunciar algum tipo de comportamento antiético. Outro tem a ver com a discrepância existente entre a percepção de colaboradores juniores e participantes que se encontram em cargos de administração.

"Esta diferença de percepção pode ser claramente explicada pelo não alinhamento e falha de comunicação ao nível transversal na organização, ou até mesmo pelo desconhecimento dos desafios dos colaboradores por parte dos membros do conselho de administração. Este desconhecimento poderá enviesar a comunicação e as mensagens do 'tone at the top' que são disseminadas de forma infrutífera para com a organização e stakeholders", indica.

A empresa de serviços profissionais considera os dados "preocupantes", uma vez que os gestores devem dar o exemplo, definindo "os comportamentos para as suas organizações e ajudando os conselhos de administração a promover o 'tone at the top'."

O estudo avança ainda que 61% dos inqueridos mostram-se preocupados com a possibilidade de as suas decisões no trabalho que realizem venham a ser alvo de escrutínio público. E conclui que a covid-19 e a crescente crise económica vieram indubitavelmente revelar comportamentos e acções pouco éticas. "Isto deixa as organizações expostas a ameaças de dano reputacional, especialmente considerando o quão grande a pegada digital é actualmente como por exemplo em situações de decisões, declarações e publicações nas redes sociais."

"Mais de metade (53%) dos inquiridos dizem ser um desafio para as organizações manterem os seus padrões de integridade em períodos de mudança rápida ou de difíceis condições de mercado. Quando observado este valor em mercados emergentes, o mesmo continua acima de metade da amostra (63%). Estas descobertas revelam um quadro negro, mesmo antes da covid-19, uma vez que se observou 16% dos inquiridos que acreditam que a conduta ética diminuirá pelas consequências da pandemia covid-19", refere o relatório, salientando que "agora que as organizações estão sob pressões externas para sobreviverem, as normas éticas podem ficar ainda mais perturbadas".

IGAPE LANÇA CONCURSO

Activos agro-industriais

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado, Igape, deu a conhecer que, a partir de 9 de Julho, foi aberto o concurso público para a privatização dos empreendimentos agro-industriais. O referido acto terá a duração de 20 dias.

O processo, de acordo com o comunicado a que o ***Valor Económico*** teve acesso, surge no âmbito do Programa de Privatizações (Propriv), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 250/19, de 05 de Agosto, em que se augura privatizar o Complexo Industrial do Dombe Grande, o Complexo Industrial do Namibe e o Matadouro Modelar de Malange.

A nota do Igape da conta de que o concurso irá decorrer de forma virtual, através da plataforma de leilão eletrónico do Propriv. E informa que será emitida uma autorização especial para que os investidores possam visitar os empreendimentos que se encontram em várias partes do país. Os investidores, por sua vez, deverão indicar, por e-mail, os nomes dos representantes e suas empresas, bem como os activos que pretendem visitar.

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado apresenta-se como o órgão do Ministério das Finanças, especializado na regulação e monotorização do sector empresarial público, na execução da política e programa de privatizações e reestruturações, na gestão e controlo das participações financeiras do Estado, no acompanhamento e supervisão da gestão dos activos financeiros e dos fundos públicos, bem como a gestão dos empréstimos concedidos pelo Estado.